

# OLISIP

BOLETIM DO  
GRUPO

"AMIGOS DE  
LISBOA"



ANO XII  
N.º 45

JANEIRO  
1949



Edições da "PORTUGALIA"  
sobre Lisboa



**A CARAVELA E OS CORVOS**

por *SUSANNE CHANTAL*. — Os oito séculos da história da Capital, num encantador livro de 500 páginas  
**30\$00**

**A NOSSA LISBOA**

por *MATOS SEQUEIRA* e *PASTOR DE MACEDO*. — Prémio «Júlio de Castilho» da C. M. L.  
**40\$00**

**GUIA E PLANTA DE LISBOA**

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e *ANTONIO SOARES*  
Edição portuguesa . . . . . **12\$00**  
Edição francesa . . . . . **15\$00**  
Edição inglesa . . . . . **15\$00**



**A' venda em todas as livrarias**

FÁBRICA DE LOIÇA  
DE SACAVÉM, L.<sup>DA</sup>

TEL. P.B.X. **FAIANÇAS** TEL.  
2 4958 DE LOIÇA  
2 3902 **FANTASIA** LISBOA

LOIÇAS DE USO DOMÉSTICO

AZULEJOS

MOSAICOS

LOIÇA SANITARIA E

DE GREZ CERAMICO

**A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO**

**LISBOA**

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

**PORTO**

**COIMBRA**

R. CARMELITAS, 40 R. DR. M. RODRIGUES, 13  
Tel. 2 2033 Tel. 3546

**ESTORIL**

**COSTA DO SOL**

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA — EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

**Todos os desportos:** Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima Tiro, etc.

**Estoril-Palácio-Hotel:** Moderno e elegante—Magnífica situação

**Hotel do Parque:** Todo o conforto — Anexo às termas.

**Monte-Estoril-Hotel:** (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

**Estoril-Termas:** Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

**Tamariz:** Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS

ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

**CASINO:**

Aberto todo o ano  
Cinema — Concertos — Festas  
Dancing — Restaurante — Bars  
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

TODOS OS PRODUTOS DA

## COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, AVIZ,  
PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos  
para bem servir os fumadores

# ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES

PROJECTOS DE ESTABILIDADE  
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e

Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

COMPANHIA **ALCOBIA**

Fornecedores dos melhores  
e mais lindos mobiliários

Cómodas de estilo — Porcelanas de Saxe — Espelhos de Veneza — Candeeiros de  
crystal, de ferro forjado e de madeira — Tapeçarias — Marquissetes e voiles suíços

— Carpets de lã —

COMPANHIA **ALCOBIA**

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)

— TELEFONE 26441 —

# COMPANHIA

DE

## DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada  
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia  
de ANGOLA em regime de exclusivo

### SEDE SOCIAL:

**LISBOA** — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. **DIAMANG**  
Escritórios em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Cor. António Lopes Mateus*

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

*Mr. Firmin Van Brée*

VICE - PRESIDENTE

*Banco Burnay*

ADMINISTRADOR - DELEGADO

*Com. Ernesto de Vilhena*

Direcção Geral na Lunda

Director geral

*José Tavares Paulo*

Representação em Luanda

Representante

*Cap. Mário Augusto da Costa*

**E. Pinto Basto  
& C.<sup>A</sup>, L.<sup>DA</sup>**

**L I S B O A**

TRANSPORTES  
MARÍTIMOS E AÉREOS  
CARVÃO — SEGUROS  
REPRESENTAÇÕES

(Industriais, etc.)

EXPORTAÇÕES  
TRANSITÁRIOS  
ETC. — ETC.

**N O P O R T O**

**Kendal, Pinto Basto  
& C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>**

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

*Papelaria*

**CARLOS**

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38  
LISBOA

■  
Especialidade em livros para  
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

■  
Grande sortido de artigos para  
DESENHO E ESCRITÓRIO

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

**IMPÉRIO**

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

# Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Estabelecimento Autônomo do Estado

SERVIÇOS ANEXOS { *Caixa Nacional de Previdência*  
*Caixa Nacional de Crédito*

Telefones (P B X) 26181 a 26189



Depósitos à ordem e a prazo —  
Empréstimos hipotecários e sobre  
penhor de títulos — Operações de  
Transferências e Cobranças — Em-  
préstimos sobre penhor de ouro,  
jóias e pratas pela Casa de Crédito  
Popular — Empréstimos Agrícolas e  
Industriais pela Caixa Nacional de  
Crédito

Agências e Delegações nas sedes de Concelho  
Filiais em todas as sedes de Distrito

# A Companhia Colonial de Navegação

assegura com os seus paquetes  
e navios de carga carreiras regulares  
para a África Portuguesa, para o  
Brasil e para a América do Norte

LISBOA

R. de S. Julião, 63

PORTO

R. Infante D. Henrique, 9



EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62137-62178  
AVENIDA 24 DE JULHO 158 - LISBOA  
LIT.º LAMPAR

LÂMPADAS  
LUMIAR  
MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES  
GERADORES  
ENAE  
Fabrico nacional

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL  
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR



Secções de Tipografia, Encadernação e Pautação. Trabalhos simples e de luxo

## PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,  
LIMITADA

Pincéis, telas e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan e Schmincke

42 — Praça Luis de Camões — 43

Telef. 23063 — LISBOA

## Vidros e cristais

Especializada no fabrico  
de vidros para iluminação  
e de frascaria para per-  
fumaria e laboratórios

## *Gaivotas, Lda.*

Fábrica fundada em 1811

Rua das Gaivotas, 10 a 24

Telefone P. B. X. 63177/63178

# Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Capital realizado . . . . 80.000.000\$00

Fundos de Reserva . . . 84.500.000\$00

### SEDE EM LISBOA

#### Dependências urbanas:

Alcântara, Poço do Bispo, Conde Barão, Almirante Reis, Benfica,  
Praça do Brasil, Praça do Chile e Praça Duque Saldanha

#### Filiais e Agências:

Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã, Ponta Delgada, Torres Vedras,  
S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Gouveia, Estoril,  
Tortozendo, Abrantes, Mangualde, Figueiró dos Vinhos, Olhão,  
Matosinhos, Moura, Guarda, Montemor-o-Novo.

**== Todas as operações bancárias ==**

# Técnica automobilística

POR EUGÉNIO MIGUEIS GONÇALVES

Nova edição, contendo: manobras de direcção e mecânica. Código de estrada.  
Posturas municipais. O exame, suas condições, o que se deve saber e as perguntas  
a que estão sujeitos os candidatos. Motores a gasolina, petróleo, óleos pesados  
e a gás pobre. Convenção Internacional de Sinalização. Preço **15\$00.**

Pedidos à Livraria Albano de Sousa & Barbosa, Lda. — 145, Rua da Palma, 147 — Telef. 31456 — Lisboa



Oferta

27. JUL. 1988

ANO XII

JANEIRO DE 1949

NÚMERO 45

# OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —  
COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

## SUMARIO

### ■ A COR DE LISBOA

Depoimentos dos Senhores:

*Pereira Coelho*  
*Abel Manta*  
*Carlos Botelho*  
*Martins Barata*  
*Diogo de Macedo*  
*Norberto de Araújo*  
*Armando de Lucena*  
*Cristino da Silva*  
*Paulino Montez*  
*Gustavo de Matos Sequeira*



Aditamento:

*João Triste*

■ BARTOLOMEU JOANES E O SEU TEMPO (continuação), por *Henrique Linhares de Lima*.

■ ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» DURANTE O ANO DE 1948.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS  
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES



# A COR DE LISBOA

O Grupo «Amigos de Lisboa», sempre dentro da sua ideia de melhorar, prestigiar e valorizar a Cidade, lançou à curiosidade amorosa de escritores e de artistas, um tema de análise e de estudo que, parecendo à primeira vista pueril, se reveste de uma importância decisiva — a cor de Lisboa. Uma série de problemas logo se estabelece ao primeiro contacto com tal assunto, desafiando-nos para uns momentos de reflexão. Deverá ou não ser regulada a coloração das fachadas e empenas da capital? Justificar-se-á uma intervenção oficial em assunto que, no fundo, é um motivo de arte decorativa, sabendo-se que não é fácil de fixar normas regulamentares em questões deste género? Serão os recursos naturais do solo mais determinantes do que o gosto pessoal? Poderá a tradição impor-se às exigências da Moda? Estará na nossa mão o fixar a linha evolutiva da coloração dos prédios?

Tudo isto, que é muito, e chama a capítulo variadas observações de carácter estético e utilitário, prático ou simplesmente poético, mereceu de algumas das personalidades convidadas a dar um parecer, o seu depoimento; e assim, nas noites de 24, 25 e 26 de Novembro do ano último, três pintores (Martins Barata, Abel Manta e Carlos Botelho), dois críticos de arte (Armando de Lucena e Matos Sequeira), um escritor teatral (Pereira Coelho), um jornalista (Norberto de Araújo), dois architectos (Cristino da Silva e Paulino Montês) e um escultor (Diogo de Macedo) preleccionaram no salão de conferências, em breves períodos que não ultrapassaram um quarto de hora, sobre a cor ou as cores da Cidade.

O público recebeu da mais agradável feição essas noites de palestra, e concorreu, com a sua presença aplauditiva, às três amáveis sessões dos «Amigos de Lisboa», que foram presididas pelos «amigos» Dr. Alberto Mac-Bride, Engenheiro Ricardo Teixeira Duarte e Dr. Celestino da Costa, nosso Presidente da Direcção.

Para que se não perca o valioso contributo dado ao estudo e solução do assunto, reunimos neste número do nosso Boletim os dez depoimentos prestados, onde se esta-

*beleceram pontos de vista do maior interesse, tanto sob o aspecto técnico como sob o aspecto meramente pictural e artístico, e cremos que tal contribuição será vista de boa mente pelas estâncias oficiais a quem pertence a supervisão dos problemas citadinos.*

*Os «Amigos de Lisboa», cõscios de terem proporcionado este estudo preparatório, ficaram contentes do êxito da tentativa. Resta que a cidade acabe um dia por ficar igualmente satisfeita.*

## NOITE DE 24 DE NOVEMBRO

Presidência do Snr. Dr. Alberto Mac-Bride,  
secretariado pelos Snrs.  
Dr. Jaime Lopes Dias e  
Coronel José Francisco Pires do Carmo

### Depoimento do escritor teatral Sr. Pereira Coelho

Embora o lugar que me competia pela ordem alfabética fosse, justamente, o último, pedi que me deixassem desempenhar hoje do meu mandato por dois motivos: porque os meus afazeres no jornal me poderiam impedir de vir cá no último dia e porque se é verdadeiro o ditado de que os últimos são os primeiros é, evidentemente, por ser também verdade que os primeiros são os últimos. Fico eu assim no último lugar, que é o que me compete por todas as razões.

Quero neste momento, pela parte que me diz respeito, reafirmar o que a ilustre Direcção dos «Amigos de Lisboa» já esclareceu: que as breves e despretensiosas considerações que eu aqui vou fazer não representam, nem de longe, uma censura aos actos da Câmara Municipal. Fui vereador perto de 3 anos e durante esse tempo a vereação a que eu pertencia assinou muitas das resoluções que eu agora discuto. Mas uma coisa é aquilo a que obrigam os orçamentos apertados, o aproveitamento dos terrenos e de materiais, a necessidade de apressar as construções, e outra coisa é o que a estética e o sentimento e o bom gosto exigem. A crítica é sempre mais fácil do que a realização. E assim eu agora no meu papel de público, de amigo de Lisboa, de observador, de crítico, comento muitos dos próprios actos em que colaborei como vereador.

E posto isto...

Vou procurar corresponder ao amável convite que me foi feito pelo Grupo «Amigos de Lisboa» para me pronunciar sobre as cores das fachadas dos prédios da capital, preenchendo ainda menos tempo do que aquele que me foi marcado, exactamente como fazia — e pelas mesmas razões — nos exames de frequência dos meus cursos: por dispor de pouca ciência e para não abusar da paciência dos professores, que tinham muitas provas para classificar...

Parece-me que os prédios devem ser pintados de cores diferentes e suaves — preferindo-se o branco quando se torne necessária a frequência da mesma cor — e admitindo, também, os azulejos, de cores claras, que dão um ar fresco, lavado, às frontarias.

Conseguir-se-á, assim, com a variedade de cores, dar a cada casa carácter e fisionomia própria, agradável a quem a habita, e ás ruas e aos bairros um aspecto menos monótono e com certeza mais alegre.

Evidentemente que essa solução não terá resultados muito apreciáveis em bairros em que as casas sejam todas de arquitectura igual, não digo construídas mas como se fossem fabricadas em séries pela mesma máquina.

Também me parece de bom conselho não empregar o amarelo, que é triste e antipático, talvez por estar desacreditado pela tradição popular, que o considera perdido se lhe não acudir o *mau gosto*...

Compreende-se, ainda, que o usem nos edifícios públicos, como os da Assistência, para lhe dar uma certa uniformidade e porque estão, em geral, muito distanciados uns dos outros.

Agora quem se encontrar de súbito, como descendo dum avião, num bairro novo será incapaz de avaliar em que país e em que parte do mundo está. A policromia dos prédios dá carácter à nossa terra, como se pode até reconhecer pelo expressivo trecho, que em seguida transcrevemos, da entrevista feita há dias em Paris com um dos pequenitos franceses que estiveram recentemente em Portugal a convite da «Caritas»:

«Vi lindas árvores — figueiras, amendoeiras, cerejeiras todas salpicadas de bolas vermelhas. E as casas que via, por toda a parte, eram cor-de-rosa, verdes, azuis, muito bonitas...».

Foi assim o variado colorido das nossas árvores de fruto e das casas — que ele achou lindas — o que mais se fixou, como característica da nossa terra, na sensibilidade do rapazinho francês. É de registar uma opinião tão espontânea, tão ingenuamente dita, tão natural e tão sugestiva.

Mas além da impressão que causa, para os que passam, o conjunto e variedade das cores nos diversos prédios, ruas e bairros, temos de considerar também o interesse que representa para cada um a cor em que está pintada a casa onde mora.

Os «versos», que sendo vereador do pelouro cultural da Câmara — e faltando talvez às regras do protocolo —, escrevi, pelo meu amor ao teatro e ao folclore, para serem cantados por uma das marchas populares das Festas de Lisboa começavam assim:

Não há ninguém que destrua  
Este amor que nos abraça:  
Cada um gosta da rua  
Onde tem a sua casa.

Esta quadra tem, decerto, só esta qualidade: ser sincera e sentida. Gosto realmente da minha rua. E gosto porque vivo lá. Porque a vejo todos os dias; porque me habituei a ela e porque não é igual às outras. E gosto da minha casa, porquê?

Não há meios positivos para nos explicarem o facto de a nossa casa, por mais modesta que seja, nos parecer mais atraente e mais simpática do que as outras. Só uma intimidade profunda e doce nos revela esses encantos. É um verdadeiro caso de amor.

Escreveu Ramalho Ortigão — «Se todos têm a sua pàtriazinha dentro dum espaço, maior ou menor sobre a terra, porque não há-de ter cada um, por pátria pequena e amá-la a simples casa de renda que serena e longamente habita?»

Nos bairros antigos ainda podia cada um indicar, rapidamente e com clareza, onde morava esclarecendo: é na rua tal, um prédio de azulejos, com três andares, do lado direito subindo; ou uma casita cor-de-rosa só com um andar ao pé duma carvoaria; ou um palácio com um jardim, no fundo da rua. Mas actualmente já não há azulejos nem casas só de um andar, nem palácios, parece-me até que não há carvoarias. Agora nos bairros novos, naturalmente, já cozinham a sopa à alentejana, ou o cozido à portuguesa, com radiações solares ou com energia atómica.

E nesses intermináveis aglomerados de blocos de cimento, não é possível a alguém dizer onde mora.

As ruas são todas iguais, as casas são todas iguais, a cor das frontarias é só uma. Antigamente podia encontrar-se uma casa em Lisboa consultando o Roteiro. Depois já começou a ser preciso um Código. Para o provar transcrevo parte dum documento do 7.º Juízo Cível, da Comarca de Lisboa, publicado ontem nos jornais, assinado pelo Dr. Juiz António de Sottomayor e que faz referência à «moradia N.º 441, sita no Bairro das Casas Económicas do Arco do Cego e que é constituída por um rés-do-chão e primeiro andar do prédio n.º 5, série D, do grupo 2, da classe A, tipo 1.º, com entrada pelo número de polícia 7, para a rua Camilo de Oliveira, que a limita

pelo lado nascente, sendo limitada ao norte pela rua Barbosa Cohen ao lado sul pelo prédio n.º 5 da rua Cardoso de Oliveira (norte) e ao lado poente pelo prédio n.º 8 da rua F (norte), moradia esta que está descrita na competente Conservatória do Registo Predial, a primeira de Lisboa, compreendida nas descrições 13.716, 3.416 e 14.289».

Não sei se depois disto tudo a casa ficou identificada. Se os bairros continuam a ser cada vez maiores, e as ruas cada vez mais compridas e os prédios cada vez mais altos, e todos pintados da mesma cor, já não se pode dar com a morada de um amigo senão levando uma tábua de logaritmos e sendo formado em matemática.

Em resumo: julgo que se deve fazer o possível para dar a cada casa um aspecto, uma aparência, um traçado, uma cor quanto possível diferentes das que lhe estão próximas, embora mantendo com elas uma certa harmonia.

### Depoimento do Pintor Sr. Abel Manta

Por estar dentro do assunto que os «Amigos de Lisboa» puseram em discussão, peço licença a V. Ex.<sup>as</sup> para lhes ler um breve depoimento, em resposta a um inquérito feito, há-de haver uns 5 ou 6 anos, pelo Artur Portela: — Qual é o sítio mais bonito de Lisboa?

*Com aquela «mão de oca» com que há uns dois anos a lambuzaram, perdeu Lisboa talvez o seu maior encanto.*

*A nossa Lisboa será por muito tempo ainda uma grande «maquette», uma cidade de papelão pintada à pistola com aquelas horrendas tintas que agora se usam e que têm o «mate», a cor e o sabor desagradável das amêndoas baratas.*

*Aquela fina «grisaille» de madre-pérola onde sobretudo os brancos eram de uma riqueza de tentar Cezanes, Renoirs, Friezes e Utrillos, levou-as o diabo.*

*O próprio sol de Agosto — brutal, provinciano e democrático, como lhe chamava o Sá Carneiro — quebrava as suas fúrias de encontro ao casario patinado e aos telhados musguentos.*

*Vê-se que, como para limpar uma pintura, também limpar uma cidade não é tarefa fácil. Há que respeitar a colaboração do tempo que dá nobreza às coisas, como dá sabor aos vinhos.*

*Mas, à parte esta contrariedade que mais 3 ou 4 anos repararão, e o da razia que o ciclone fez no escasso arvoredado dos escassos jardins, mantém a capital alfacinha a mesma graça e originalidade.*

*Pena é que as missões de estética, em vez de mandarem os jovens pintores por essas províncias, reproduzir os aspectos dos burgos, as*

*eternas ruazinhas e monumentos com carrinhos e rebanhos, as já estafadas flanelas de xadrez da Nazaré, os triviais trajos minhotos e todo esse folclore mais cansado do que o chá do Tolentino, não os mande e anime a pintar esta Lisboa a terra do país que, como o Porto, mais tem que pintar.*

*Que espreitem a cidade pelas trapeiras e varandas altas, e verão que é um nunca acabar de motivos inéditos.*

*Que vejam, para não ir mais longe, esta praça do Camões e o Chiado, com os tons e humidades do outono próximo; que olhem o Rossio de todos os lados e ângulos do alto dos hotéis, por Santa Justa, S. Pedro de Alcântara ou St.<sup>a</sup> Ana.*

*Desçam a calçada do Combro ao lado do guarda-freio; olhem o Castelo e reparem em St. Catarina pelo Sá da Bandeira ou pelos escritórios do Conde Barão, passem esse cais desde Santa Apolónia a Alcântara, reparem na gente e na vida que anima tudo isso em todas as épocas, com sol e com chuvas, e dêem-me notícias.*

Como vêm, meus senhores, também já me ocupei do caso há muito tempo, como naturalmente se ocuparam todos aqueles que, como eu, uma vez por outra se divertem a olhar Lisboa de paleta em punho.

O assunto é na verdade interessante e muito digno de ser tratado e considerado, mas, suponho-o — e peço perdão do meu pessimismo — intrincado, senão impossível de resolver com honra para ambas as partes, quero dizer para a Cidade e para os seus habitantes, dignamente representados pelos «Amigos de Lisboa».

É claro que todos V. Ex.<sup>as</sup> estão pensando no seu foro íntimo e com toda a razão: — Oh homem!, mas não foi para isso que você aqui foi chamado! Não foi para nos dizer se é possível ou impossível resolver a questão. Diga-nos, mas é, como pintor, de que cores se deve pintar a cidade.

Pois bem: a minha opinião é que se deixe cada qual pintar a sua casa como lhe der na real gana, sem ter que dar satisfações a quem quer que seja, e eu vou explicar as razões que me levam a pensar assim.

Primeiro: Se se nomear uma comissão para tratar do caso, já sabemos de antemão — isso é dos livros — que nunca mais se chega a acordo.

Um há-de querer que St.<sup>a</sup> Catarina seja passada a oca, mas há-de logo outro opinar que se lhe deve mas é carregar com almagre.

O quê?! Cair a Penha de França? Que desaforo! Para a Penha, o verde é que está a calhar. A cal está bem, mas é para o Castelo e para a Graça. Azul em Alcântara? Tolice!... Para se confundir com o Tejo, ou no Alto do Pina para se confundir com o céu, ou branco para se confundir com o cemitério. E a comissão nunca mais se entende.



Depois pensemos no seguinte:

Uma comparação.

Se pegarmos num punhado de retalhos de chita de todas as cores e tamanhos e nos dipusermos (nós, mais ou menos eruditos, mais ou menos conhecedores da teoria das cores — cores primárias, secundárias, terciárias, simples e compostas, todas essas coisas, enfim, que vêm nos compêndios) e nos dispusermos a ligá-las para fazermos uma colcha ou um saco, podem ter a certeza de que damos com os burrinhos na água. Sai asneira pela certa. Mas se passarmos esses retalhos a qualquer saloia ignorante, analfabeta, dessas que pelas aldeias fazem os sacos com que os rapazes vêm assentar praça, podem ter a firme certeza que será ela quem resolverá o assunto com acerto, que será ela quem porá os pontos nos ii.

É preciso dizer que já não há quem faça essas coisas. Os rapazes vêm para a tropa com malas de papelão fingido, fingindo peles caras, e as camas na província, e mesmo cá na Capital, são cobertas de colchas horrendas de desenhos turcos, uma pacotilha com que os ciganos infestam o país desde Vila Real de Santo António até Melgaço.

Todas essas indústrias caseiras cheias de ingenuidade e de graça desapareceram porque a fúria do folclore rebentou com tudo o que era realmente característico e tudo banalizou. Depois, o cinema, a rádio, a facilidade de deslocação deram o golpe de morte nessas coisas.

O «Mon Ouvrage» já aparece no Sabugueiro, que é a aldeia mais alta do país, e não lhes minto se lhes disser que encontrei uma vez lá no alto da Serra da Estrela um pastorzito tocando o — Oh!, «Ai Mouraria», o que já não é feio, mas ainda para cúmulo de pouca vergonha — num pífaro de celulóide.

Não esqueçamos que Lisboa é e será sempre uma grande cidade da província, uma Figueira de grandes dimensões. Não se aguenta com luxos demasiados. O pouco de monumental que ela tem, começando no Terreiro do Paço e acabando nos Jerónimos, aguenta-se ainda com certas luzes, digamos civilizadas, dos dias brumosos, com as «grisais» outonais e invernosas, porque, quando lhe cai em cima (e é mais de 3 quartos do ano) este sol rijo, marroquino, de que tanto nos orgulhamos, tudo desaparece, reduzido a proporções mesquinhas e ridículas.

O grande movimento, o luxo, as aglomerações, as bichas intermináveis de automóveis de preço e de carroçarias rutilantes, fica nestas ruas estreitas, de arquitectura pobre, como as jóias faiscantes nos dedos e nos peitos rechonchudos dos volframistas.

Esta cidade, tão moderna, tão simpática — Lisboa é a sua graça, como dizia o nosso saudoso Bourbon e Meneses — ou como o António Nobre: Lisboa dos líricos pregões, de irmãs e de fadistas, de varinas

e marqueses, que pena faz quando a vemos a ter de suportar (e não pode deixar de ser, porque, enfim, a vida é a vida...) quando a vemos a ter de suportar a canga da civilização e do progresso!

Aquele pobre Rossio, tão risonho, tão alegre, velho, alcachinadinho, vergadinho ao peso de todas aquelas caranguejolas que à noite rebentam em parreiras de arraial para embasbacamento do provinciano ricoço, que pena faz!

Não, meus senhores. Não tornemos a nossa Lisboa mais infeliz, vestindo-a do fato por medida e cor tabelada. Deixem vesti-la à sua vontade e a seu gosto.

Encontram-se ainda por aí grupos de construções, blocos escapados ao camartelo fatal da modernização, onde há tons, cores de uma beleza rara, que, certamente, não foram escolhidas nem impostas pelo Município, e já não falo desses maravilhosos revestimentos de azulejos com tons ricos de tapeçarias antigas que o sol poente faz brilhar como jóias.

Conheci, ou por outra, conhecemos, dois homens que eram os tipos mais acabados de alfacinhas que eu tenho encontrado e que aqui lembro com saudade: O Gualdino e o Vitoriano Braga. Este último, que nunca passou da Alhandra onde tinha parentes, não concebia nada de mais monumental que Lisboa. É que não ia mesmo muito à bola com os provincianos... O seu amor pela sua terra era uma coisa tocante. Lembro-me ainda, quando uma noite, uma noite de luar, descendo a Rua de S. Bento, parando em frente daquela linda casa dos Vilhenas, pondo-me a mão nos ombros, me dizia orgulhoso:

— Concorda que esta casa seria sempre uma coisa imponente em qualquer capital do mundo!

E fossem lá contradizê-lo!

O Gualdino era diferente. Nascido ali no Largo de S. Paulo, tinha ideias diferentes.

Não há para dizer asneiras — dizia ele às vezes — como os homens de génio. O Herculano a chamar a isto cidade de mármore e granito, estava besta ou a reinar com a tropa. Eles sentiram lá Lisboa!... Quem sente bem Lisboa é o Carvalhais e os poetas que cantam e escrevem. E, imitando a Beatriz, cantava:

Lá vai Lisboa  
Com a saia cor do mar;  
Cada bairro é um noivo  
Que com ela quer casar.

Estes é que tinham razão.

Dê-se carta branca, repito, aos homens da blusa e da talocha,

deixem-nos fazer com as cores tudo o que quiserem, ainda que nos pareçam disparates, porque eles têm pacto com o sol, e o sol é nesta terra quem tem a palavra.

Ele se encarrega de harmonizar, de meter na ordem, de patinar, de dar à cidade o que ela tem de característico, que a impõe como uma terra original — que é a riqueza do seu colorido.

Uma Lisboa pinoca, a armar à força em capital moderna, em nova-rica, faz-me, acreditem, a mesma pena que me fazem certos carecas que usam capachinho.

### Depoimento do Pintor Sr. Carlos Botelho

Cumpre-me, antes de mais nada, agradecer à Secção do Movimento Cultural e Propaganda dos «Amigos de Lisboa» a honra que me deram convidando-me para participar deste interessante inquérito.

Se o aceitei não foi tanto por me achar capaz de lhes trazer alguma coisa de inédito, como, muito mais, por desejar concorrer, ainda que duma maneira modesta, para o esclarecimento dum problema que diz respeito às belezas da minha cidade de que sou também muito amigo.



De volta de Paris, em 1929, com os olhos cheios de pintura vim instalar o meu atelier na Costa do Castelo com a ideia premeditada de realizar o meu velho sonho — isto era: traduzir na tela todo o seu pitoresco — toda a sua ingenuidade, todo o seu colorido e caprichosos arrumos do seu casario — mas na verdade — «sonho», sonho que tem vindo a ser muito difícil de se tornar realidade.

Mas, nesse tempo, Lisboa era exuberante de côr, os seus «grenats», rosas, verdes, violetas, azues e corajosos almagres — enchiam-me os olhos de encantamento e davam-me coragem. Sempre da minha contemplação nascia uma necessidade imperativa de realizar um quadro.

O objecto era por tal forma pictórico que ele, em muito, contribuía para as soluções dos problemas que se me deparavam durante a pintura, e, assim, posso afirmar que as minhas telas mais aproveitáveis de Lisboa, foram as que executei nesse período.

Depois veio o colapso — Lisboa mudou subitamente de aspecto, porque uma postura municipal teve o condão de transformar a cidade colorida, alegre, cantante, num aglomerado anémico, triste, lamuriento.

Uma invasão, a amarelo ocre, ocupou os bairros característicos da cidade e uniformizou os seus prédios cuja arquitectura (que se resu-

mia às pobres e modestas cantarias das portas e janelas) ficou reduzida à expressão mais simples.

Então nos primeiros tempos desta calamidade os quadros nunca mais me surgiram, mas só me surgia, sim, a revolta por me ter desaparecido o fruto de inspiração, o modelo de características incomparáveis, entre as cidades de toda a Europa.

Desolado, isolei-me do seu período doentio de 1937 e voltei-me para a sua época saudável de 1930, mas, então, em interpretações de memória. Esperei, também, que a chuva e o sol se encarregassem de lavar e embelezar aquelas paredes até que me trouxessem a descoberto os seus tons primitivos, tão ricos, valorizados por surpreendentes «patines».

E assim alguns quadros deste momento conseguem o prémio de S. Francisco e as distinções do Museu de Arte Contemporânea, que, no fim de contas, são encómios a esse período da cidade e não a mim.

Em Novembro de 1947, na altura em que Lisboa comemorava o seu centenário com uma exposição de pintura no Palácio Foz, eu realizava uma em Paris, com telas de 1930 a 1935 e outras mais recentes que interpretei de memória e que foram notadas pela crítica, desta maneira: — em *Nouvelles Littéraires* — «Lisbonne de palais baroques, de ses maisons infiniment colories, en des pages finement lumineuses, nuancés...»

— em *Parisien Libéré* — «Le peinture nous offre l'occasion du voyage radieux au Portugal, notamment à Lisbonne — dont il fait goûter la lumière et la couleur d'enchantement». — Georges Pillement em «Lettres Françaises» — «Fuyant le soleil trop cru de midi, c'est la lumière du matin ou celle de la fin de l'après-midi qu'il affectionne, car elle lui permet de mettre davantage en valeur toute cette gamme délicate qui caractérise la capitale portugaise, faisant jouer le brun et le rouge des toits avec les urs des maisons peints en blanc, en bleu clair, en rose, en crème, en ocre, en jaune, avec les bleutés du ciel, ... etc.».

Faço estas citações com a intenção de frisar bem, de testemunhar bem, o apreço por uma Lisboa colorida no parecer da opinião estrangeira.

Um destes dias resolvi-me a dar um passeio por Alfama e pelo Castelo — o meu bairro preferido, aquele que eu reputo mais pitoresco, aquele em que tanto os primeiros, como os segundos, como os últimos planos se mantêm dentro da mesma família — da mesma harmonia.

Deambulando pelas Ruas de S. João da Praça e sua Calçada, Rua das Canastras e limítrofes, constatei que o «amarelismo» nada tinha poupado e que se alguma nota de côr quebrava essa monotonia era,

indubitavelmente, a vincada pela dos azulejos — a que esse trágico amarelismo se não conseguiu transmitir.

Seguidamente, meti à Rua Afonso de Albuquerque, passei o Largo Marquês de Lavradio e topei com o Arco de Jesus. Aí dera-se esse fenómeno, com um oasis azul, fixado pela reverberação dos seus luminosos azulejos.

Não posso deixar de me referir às incríveis varandas-balcões, em cimento, que decoram «indecorosamente» uns prédios da Rua do Barão.

Não é mais feliz o arranjo da fachada que fica na Travessa do Chafariz de El-rei, com pedra à vista, cimentada nas juntas, de mistura com azulejos — *arte nova* — recortados e assentes com argamassa, e uma porta em estilo incrivelmente apalaçado.

Agora chego ao Largo de S. Rafael e que confrangedor o aspecto de dois dos seus prédios, dos mais representativos do Século XVI, ambos juntinhos, em cor de grão, deslavados, a ampararem-se um ao outro, envergonhados da sua desgraça.

Bem perto, na Rua de S. Pedro, felizmente, ainda lá estão umas derradeiras amostras, num prédio de gaveto, a atestarem o interesse decorativo que possuem o «grenat» e o rosa.

Encontra-se às vezes, raramente, um prédio ou outro, cor de rosa, mas um rosa adocicado, de pasta de dentes — à base de óleo — de pintura recente.

É para louvar o arranjo no Beco de S. Miguel de algumas casas primitivas, com as suas ferragens e gelósias renovadas, mas cuidado com as imitações! que neste caso estão um nada aperaltadas.

Mas, em contraste com esta nota de ternura, presenciamos, perto desse beco, um espectáculo de autênticos esqueletos de casas e ruínas leprosas, cegas, dum abandono impressionante que toca as raias do desmasêlo.

Desculpem o desabafo porque aqui, hoje, só se fala de fachadas e nestas pseudo-habitações é coisa que não existe.

Bem, eu não vou ficar aqui esta noite a abusar da vossa paciência, citando os vários casos da epidemia amarela, e, então, acho melhor sintetizar o acontecimento dizendo que nesta Lisboa, tanto para Oriente, como para Ocidente, para Norte ou para Sul, o mal amarelo faz das suas, dando às artérias esse ar doentio, insípido, que tira toda a alegria às gerações que nela nascem e nela se criam e todo o conforto àqueles que nela vão envelhecendo.



É difícil, bem sei, estabelecer um princípio rígido para toda a cidade de determinado sistema de colorido, mas entendo que para os casos como, por ex., o da Avenida da Liberdade, em que os «prédios

(como dizia Fialho) são cómodas, com janelas de bico e platibandas de louça para vidrar», deve-se estabelecer o mesmo princípio de fachadas policromadas que possam dar em côr aos prédios o que lhes falta em interesse architectónico, tanto mais que as duas margens da avenida, tão distantes uma da outra e debruadas de árvores, não podem descobrir um conjunto monumental.

Porém, nas novas avenidas, por ex.: António Augusto de Aguiar e Alameda Afonso Henriques, e outras desta época, tem-se abusado da côr «brique». Porque não tentar também outros tons dentro do mesmo valor?

Nas praças monumentais — como o Rossio — vejo uma pintura alegre, um rosa quente que desenhe bem todos os detalhes de cantaria, e no Terreiro Paço — onde a architectura existe e é plena de nobreza — gostaria de ver um verde oliva, macio.

Nos prédios dos bairros pitorescos e pobres eu bania a pintura a óleo porque é um material dum preciosismo que se não casa bem com a modestia das mesmas e preferia os tons de fresco, em pintura à base de cal, que tem o segredo da transparência e vibração maravilhosas.

Assim, Lisboa será como uma grande pintura a fresco, nas três dimensões.



Há casos de becos, como, por ex., do Jasmim e do Castelo, tão estreitos, tão exíguos de proporções, que não compreendo outra côr que não seja o branco de cal, porque neste caso temos de sacrificar a beleza plástica às necessidades da claridade e da hygiene.

Considerados os casos gerais quero, no entanto, mais uma vez, manifestar o meu desgosto pela medida camarária tão infeliz, manifestação que já patenteara públicamente em 11 de Março de 1937 numa página de humorismo e crítica.



A esta fatalidade não foram indiferentes os artistas e poetas portugueses e estrangeiros, e assim ouvimos da boca da distinta poetisa Fernanda de Castro: «Depois uma onda de amarelo alastrou pela cidade e como camaleão Lisboa mudou de côr». O poeta Carlos Queirós diz no «Panorama»: «Faz tristeza imaginar o que seria Lisboa com os prédios todos pintados de amarelo, por exemplo. Nesta infantil policromia reside, por certo, um dos grandes encantos da capital». Fernand Leger, um dos principais iniciadores da pintura cubista em França, ao visitar a Alfama em 1940, de passagem para a América, encantou-se com os recantos que ainda subsistem como reminiscência de

1930 e em que se pressentiam as «patines» ricas de cor inéditas. Ele, o grande paladino da côr, como função architectónica, lastimava-se-me da triste postura camarária.



Na verdade, a côr tem de tal maneira um valor architectónico que com ela nós podemos ora agrupar ou desagrupar casas, torná-las altas ou baixas, pequenas ou grandes, enaltecê-las ou fazê-las desaparecer dentro da paisagem.

Lisboa, cuja situação ortográfica, caracterizada pelas suas sete colinas caprichosas, em que as casas encostadas umas às outras se descobrem, mutuamente, como cartas de jogar, em que os pregões das vendedeiras, integrados na sua paisagem, são alegres e ingénuos — não pode ser uma cidade de côr amuada.

Lisboa quando tiver todos os seus bairros vestidos de côres será, repito-o, um enorme fresco em relêvo maravilhoso.

Lisboa, cidade de sol, assim universalmente chamada, precisa para manter esse cognome patético de possuir todas as côres do espectro solar, tem de ser a cidade «divisionista» por excelência (seria a cidade ideal para Seurat se o inventor do «divisionismo» ainda existisse).

Por isso, então, deixemos que Lisboa viva toda a sua «coquetterie», pintando-se com todas as côres da «caixinha».

#### RESUMO

- 1 — Apologia da cidade policromada em todas as casas de bairros antigos e pintura à base de cal; nos bairros modernos pintura a tinta de óleo mate.
  - a) a pintura à base de cal é mais adequada a habitação modesta de architectura .
  - b) a pintura a óleo, mais rica e preciosa, mais adequada aos prédios modernos de architectura mais acentuada.
- 2 — Pintura a branco de cal nos casos dos pátios, becos, vielas onde seja necessária luz e limpeza devido às exíguas dimensões.
- 3 — No Rossio proponho uma pintura a rosa-velho a óleo mate, para fazer viver a sua architectura pobre.
- 4 — No Terreiro do Paço, proponho uma pintura no tom verde oliva a óleo mate, para fazer realçar a beleza architectónica.

- 5 — Nas praças como o Rossio e Terreiro do Paço, que têm conjunto architectónico, evidentemente, que os prédios manter-se-ão de cor uniforme.
- 6 — Nos bairros antigos: Alfama, Castelo, Mouraria e Bairro Alto, usar da maior policromia.

## NOITE DE 25 DE NOVEMBRO

Presidência do Snr. Eng.º Ricardo Teixeira Duarte,  
secretariado pelos Snrs.  
Tenente-Coronel Fernando de Castro da Silva Canedo e  
Eduardo Portugal

### Depoimento do Pintor Sr. Martins Barata

Devo à amizade dos Amigos de Lisboa a lembrança do meu nome para esta conversa. Creio, sinceramente, que não sou pessoa indicada para isso, e quem me conhece bem, bem o sabe; quem não me conhece bem, levado pelo hábito de ouvir estas declarações de muitas bocas, ficará com a ideia de que isto que eu digo é falsa modéstia.

Nada posso fazer — senão agradecer a todos: os que me lembraram e os que me escutam.

E a melhor forma de agradecer parece-se que é o ser muito breve nas minhas palavras — não chegando a ocupar o tempo que me é concedido.

Devo dizer, na verdade, antes de mais nada, e ainda que nisso pareça contradizer-se, que o meu conhecimento de Lisboa não se limita às vistas que toda a gente conhece.

Eu sei de recantos deliciosos, ignorados da maioria.

Basta dizer-se que fui eu aquele representante do «Dilecto» que fielmente acompanhou Norberto de Araújo nas suas «Peregrinações em Lisboa». Por pequena que seja a minha capacidade receptiva, forçosamente alguma coisa havia de ficar dos deslumbramentos que o meu inegalável cicerone me proporcionou.

Depois, o convívio com o mestre Matos Sequeira e com a leitura de Castilho, Vieira da Silva e Pastor de Macedo levaram-me a conjecturar a Lisboa dos tempos remotos, conjecturas a que dei e estou dando corpo.

Espero, todavia, também poder ver Lisboa com olhos contemporâ-



neos, embora incapazes de acompanhar as retinas dos belos coloristas que são Manta, Botelho e Lucena — para só citar os queridos camaradas que também aqui falaram — ou vão falar — com a competência especial que lhes dá o seu talento e o amor com que perscrutaram as belezas da nossa cidade.



Pedem-me que eu me pronuncie sobre «a cor de Lisboa». Desde logo ao meu espírito se põe a dúvida do que seja esta «cor de Lisboa», porque acima do episódio das cores das paredes — está a cor do conjunto.

Se Lisboa fosse uma cidade plana ou quase — como Paris ou Londres — onde o panorama, mesmo quando muito grande é quase sempre visto dum nível muito baixo — a cor das paredes dominaria tudo.

Mas em Lisboa não é assim. Quem percorre a cidade está sempre a ver colinas e montes cobertos de casas. Quer dizer, mesmo o habitante de dentro da cidade, vê Lisboa por cima.

Suponho indispensável atender-se a estes conjuntos parciais.

O pintor que pinte Lisboa — e reporto-me aos camaradas que já aqui falavam — quase sempre se interessa pelos primeiros planos; por isso chamam — e com razão — a Lisboa uma cidade modesta e provinciana.

E todavia Lisboa é, também, uma cidade esplendorosa.

Disse-me uma vez o Tomás Colaço uma frase que ouvira, creio, a uma visitante estrangeira e que é pouco mais ou menos isto: «Lisboa é uma cidade onde tudo é lindo menos o sítio onde se está».

No estado actual das coisas eu penso que mesmo os aspectos da nossa cidade vista de longe não são tão belos quanto o poderiam ser.

Nesse ponto — e ainda noutros — eu estou de acordo com a pequena epidemia de «cólera» aqui levantada contra a grande epidemia da «febre amarela» que atacou as fachadas de toda a cidade.

A cidade está triste e feia. Mas qual o remédio?

A liberdade absoluta de pintar as fachadas, cada qual como quiser, liberdade que vem ao meu espírito tão espontâneamente como veio ao do Abel Manta?

Talvez não: porque ele agora com isso espera ir encontrar certo recanto colorido com lindos rosas e verdes — e pode muito bem acontecer que lhe surja pela frente, quando lá voltar com a sua tralha de pintor, um conjunto de «sangue-de-boi», cinzento chumbo, verde garrafa — e uma empena negra...

Liberdade sim, para certos locais: e essa mesmo condicionada a tons frescos, límpidos, claros.



Eu suponho, de resto — e sem melindre para ninguém — que se há alguma qualidade ou profissão que se pode pronunciar com autoridade neste assunto — será ela a de architecto urbanista doublé de pintor.

O pintor vê a questão sob um aspecto um pouco pessoal. Por isso — e visto que estamos numa terra de amadores — eu vou procurar «doublé» a minha profissão de pintor com a de urbanista curioso.

E como tal fica salvaguardada a fatal insuficiência do que vou dizer.



Naturalmente parece-me haver várias Lisboas na grande Lisboa. Em especial, duas: a antiga, a que foi moura e depois se alastrou pela Baixa.

— e a outra, gigantesca, que nasceu e cresce, sempre em volta daquela.

Todas essas Lisboas — ou seja a Lisboa inteira — não podem, não devem fugir a sublinhar a claridade da sua maravilhosa atmosfera, que reflecte os espelhados do rio.

Por isso Lisboa, toda, deve ser clara: e a Lisboa antiga, em especial — deve ser branca.



Lisboa é uma cidade do sul.

O Porto, cidade granítica, em terras alcantiladas, defende-se instintivamente da cor parda que o domina, colorindo as suas fachadas, minguadas pela extrema densidade de janelas e portas — em nesgas de cor que brilham como joias em fundo escuro.

Lisboa tem outro carácter, baseado no brilho radioso do largo Tejo, nas suas margens baixas e na sua própria expressão orográfica.

Para estar de acordo com sigo própria, Lisboa deve ser clara.



Tive, há algum tempo, necessidade de fazer uma ilustração representado Lisboa moura. A orografia da cidade, no séc. XII, era diferente da actual e fui então levado a seguir a planta organizada pelo nosso mestre Vieira da Silva.

Em todo o caso havia partes condizentes com a actual ondulação do terreno e por isso procurei «ler» essa ondulação através do casario: examinei-o de vários lados, trepei a pontos estratégicos e em horas

várias. Impossível. As colinas não aparecem acentuadas, nem sequer denunciadas. Estão «camufladas» pelo conjunto pardo das casas multicolores.

Ora se essa Lisboa fosse branca — como Évora, Arraiolos ou Estremoz — ainda que cheias de pequenos acidentes cromáticos — seria tão «legível» como elas. Os telhados desenharam as ruas e qualquer sombra de nuvem teria um recorte precioso.

O encanto da sua forma seria presente a todos os olhos e a unidade da sua cor dar-lhe-ia um valor muito mais forte na temível comparação com a unidade do Tejo. O conjunto admirável seria mais ligado e homogéneo.

Esta é uma razão, que reputo muito forte, pela qual Lisboa velha, quando vista de fora, ganharia em ser branca.

Seria uma ilha de alvura no resto. Era uma consagração. E creio que negar-lhe a beleza seria como negar a beleza inegável de Évora ou Estremoz.



Lisboa velha, vista de fora, deve ser branca. Mas como resultaria isso quando vista de dentro?

As maiores objecções que se farão contra uma Lisboa velha caída, julgo que serão as seguintes — e todas se referem à vida interior da cidade

— primeiro — a uniformidade do branco tornaria a cidade, aos olhos dos seus habitantes, monótona, senão fúnebre.

— segundo — o seu aspecto seria pobre, por ser pobre a sua cor.

— terceiro — com sol forte — seria oftálmica.

Contra isto penso:

Primeiro: — O branco não traz a monotonia. Os exemplos vivos das terras citadas já de si o atesta exuberantemente e bem melhor do que quaisquer palavras minhas.

Os telhados não são brancos — e a sua enfiada desenha as ruas em manchas deliciosas de imprevisto e de recorte; e Lisboa, repito, dada a sua configuração acidentada, mesmo de dentro se vê muitas vezes como de cima.

Depois, sem estragar o conjunto, dando variedade na unidade, há infinitas notas de cor possíveis: gelsias, caixilhos, varandas, barras e cunhais. Com o branco todas as cores vão bem, mesmo as mais violentas, quando usadas com discreção.

O casario branco não é monótono. Ele daria à cidade velha uma unidade cromática; mas dentro dessa unidade, além das notas vibrantes de cor que acidentalmente a animassem, quantas subtis variações segundo as horas do dia e a catadura do tempo, quantos gris leves ou

profundos, violáceos ou doirados, perlados ou róseos! Por outro lado quantos contrastes, quantos arabescos de sombras projectadas, luminosas, estreitas e frescas da nossa Lisboa antiga!

Segundo — A cal não é um material pobre. É um material económico, o que não é o mesmo. A sua renovação é fácil e rápida, é exemplarmente salubre e fresco e o seu aspecto é rico, principalmente quando junto à pedra.

Esse argumento não vale nada.

Terceiro — Nas ruas estreitas — e a própria Baixa só tem ruas estreitas, o Sol, batendo na cal, não cega o transeunte: Pois de duas uma:

ou o Sol está baixo — de manhã ou de tarde — e só ilumina então o alto dos edifícios, que reflectem, para as ruas, muita luz — mas difusa,

ou Sol está alto, e a sua incidência na cal das paredes é oblíqua e não é muito forte.

É assim que se obtém, nas casas e nas ruas, o ambiente fresco que de pequenino me habituei a ver no meu Alentejo tão quente — e tão próximo parente da nossa Lisboa.

Assim esta Lisboa velha, seja ela vista de longe seja vista de perto, ganharia muito, no meu entender, em ser toda branca.



E a baixa?

Também sugiro para ela — mas não insisto, no branco. Há muitas e grandes aberturas nas fachadas pombalinas e essas poderiam ser bem cheias de cor. Bastaria isso e o rodapé de edifícios comerciais para que a Baixa não deixasse de ter a variedade, que tão desejada é. Poderiam as ruas ter cada uma seu tom leve ou poderiam ser de variados tons leves à base de cal. Nunca o óleo.

Mas já pensaram bem na beleza que teriam as ruas da Baixa, todas de um branco imaculado e cheias de notas de cor alegres e frescas? Como não reahaviam aquelas cantarias, que aspecto inédito, não se ofereceria aos olhos estranhos, desta Lisboa que todos nós queremos diferente das outras capitais?



A restante Lisboa deve ser clara, pela razão primeira apontada. Mas a própria largura das ruas e das Avenidas, a geometria da sua planificação, a sua própria génese construtiva opõem-se a uma uniformidade de cor, mesmo o branco. Não foi feita para ser caiada — em especial a parte nova. Toda branca, seria uma necrópole.

Para aí — todas as cores aceitáveis — embora haja fachadas dum cimento tão armado que não se deixam tomar por um pouco de suavidade e de alegria.

Apenas a Lisboa que foi feita para ser branca deve ser branca. E essa é a Lisboa antiga compreendendo talvez a nobre e discreta monumentalidade pombalina.

Os azulejos — esses estão bem, sempre e em todo o lado.



Não se trata de negar Lisboa europeia.

Trata-se de a fazer mais sincera e mais simples, na sua rica, modéstia —

colocando-a sempre na Europa — mas bem no sítio que os Deuses lhe destinaram.

### Depoimento do Escultor Sr. Diogo de Macedo

Não deve causar estranheza a ninguém este caso dos «Amigos de Lisboa» chamarem um provinciano para depor sobre um problema urbanístico, que parece só dizer respeito aos lisboetas. Mas o certo é, que esse problema interessa a viajeros que desembarcam no Tejo, no Rossio ou na Portela de Sacavém. A Capital dum país europeu, mesmo que seja audaciosamente independente no seu nacionalismo, faz parte do bloco da Europa, do bloco internacional, e, portanto, tanto pertence ao indígena, como ao provinciano, como ao estrangeiro. Depois... depois eu não sei se os lisboetas são mais Amigos de Lisboa do que os provincianos, que, como eu, na Capital habitam. Quando um cidadão abandona a sua terra por amor a outra, é porque é verdadeiro Amigo desta. De resto o problema é fácil de resolver num plebiscito: o da contagem dos sócios do Grupo «Amigos de Lisboa» e ver o número deles que nasceram na província.

Convencido deste sentimental direito, não me faço rogado para depor no inquérito, que na sua aparência fútil de especulação literária ou estética do Chiado, é contudo de alto significado e alcance social — haverá mesmo quem o encare como problema de saúde e psicológico —, que considero educativo na origem e nos fins que se busca com ele resolver, visto que uma cidade precisa de cor própria ao carácter da população, dum semblante exterior a condizer com o coração e com

a moral da mesma população, sendo preciso, para mais, que essa cor auxilie a alegria no trabalho, a poesia na imaginação e a paz no espírito de todos. Mas ao de riba de tudo, trata-se de Beleza.

Lisboa, assim ou assado, como esteve, como está ou como deve estar, é inegável que tem o seu carácter à flor da pele, e todos nós a adoramos mesmo com as maleitas que lhe criticamos. Lisboa é mulher, feminina em tudo, sedutora e perigosa. Como poderíamos deixar de a amar, use ela saia de chita ou vestido de veludo?

Gualdino Gomes, o saudoso lisboeta do Ribatejo, antes de Lisboa ter amarelecido ou adoecido na face, quando ela era branca e contrastava com os seus habitantes trigueiros, chamava-lhe «Cidade Colonial», enumerando as palmeiras da Avenida, traçando as retas geométricas dos terraços dos bairros em convulsão de planos e desasocego de alinhamentos, citando os arcos amouriscados das ruas, a crueza das sombras contra o azul do céu, e o polvilhado africano de serviçais pretas a darem pitoresco exótico à brancura dos panoramas. Não têm faltado também os maledicentes passageiros, que a consideram «capital de província» ou «burgo vareiro», pela tafularia das anacrónicas garridices dos seus bairros e pela libertária policromia das fachadas das Avenidas Novas ou das ruelas visinhas dos cais, isto no bom tempo em que cada proprietário pintava os prédios com as fantasias das mantas de farrapos ou cestos de mercado sob o sol brejeiro que dava realces caprichosos a todo esse colorido. Todavia, os estrangeiros, sem pedra no sapato para opiniões dogmáticas, achavam Lisboa linda, e nós, os apaixonados, só víamos nela virtudes que versejavamos em rimas inflamadas do Fado.

Corada ou com febres de África, branquinha ou forrada de azulejos espelhos, variegada de imprevistos ou monótona sem decoração vegetal, a verdade é que Lisboa é inconfundível e atraente. Se tivesse mais jardins — a Praça da Figueira é pouco — e mais árvores e mais água — os lagos da Avenida são pequenos —, ainda seria mais cativante. Contudo, é amorosa e chieira.

Mas uma grande cidade como ela é, uma Capital dum Império formidável como o nosso, um burgo glorioso a abarrotar de História e de encantos, banhada por um dos mais belos rios do Mundo e pela mais doce luz da Europa, deve ter uma expressão definida, inalterável e civilizada, um ar sensato e ordeiro, um aspecto sadio, sem gritos saloios, nem negrimes tristes, nem coloridos de desolação. «Na afinação da viola é que está a harmonia da valsa», — diz um rifão. Na disciplina reside a civilização. Embora «cidade de mármore e de granito» — que velhacas famas! —, estes materiais que importa de fora e que têm a sua cor própria, nobre e natural, são no emaranhado bloco urbano, atropelados, reduzidos e mesmo conspurcados pela vizinhança

zaragateira das mais incoerentes fantasias — cuidado, não vá presumir-se que me refiro aos riscos da architectura post-pombalina —, das insufficientíssimas noções estéticas dos mestres-de-obras modernos, dos temíveis cidadãos livres (no gosto, é claro!) e dos periódicos decretos municipais, sujeitos à instabilidade das Comissões de Estética.

Haverá, portanto, que afinar os instrumentos da orquestra, que graduar a composição das tintas da paleta, que pensar na luz de Lisboa, que calcular o volume das colinas e a profundidade dos becos, que atender ao clima e às rivalidades do Tejo, que condenar a mímica de arvoredos revivificadores dos ambientes, que saber civilizar, enfim, o tom geral da cidade, dando-lhe sobriedade nas nuances da maquiagem, tornando-a séria, mas não soturna de sisudez, alegrando-a com disciplina, classificando-a na gama predominante, aformozeando-a sempre como convém a uma Capital antiga e que sabe conduzir-se com boas maneiras quando se desenvolve em mocidades, cidade com soberbas de história e de carácter na ostentação das suas festas panorâmicas, à qual o grisalho dos cabelos não prejudica a graça do espírito, nem denuncia descuidos de coquetismo.

Arquitectonicamente, Lisboa, pode ser uma estouvada trapalhona; mas na sua cor ambiente, que seja, ao menos, equilibrada, sadia e alegre, salpicada uma outra vez de notas mais vivas de riso, para evitar monotonias enfadonhas de empertigada matrona da sociedade, mas nunca ridícula, exorbitante de alacridades, nem tão pouco de aspecto doentio, de rebuçado lambido, de croquete sujo.

Repito, que Lisboa é feminina, e por isso lhe quero bem; mas para bem querer é preciso admirar. Ora por um hábito que preso e me ficou de quando era rapaz, eu gosto de gostar, eu gosto de admirar, eu gosto dessa Lisboa maliciosa e perturbante, quando a vejo feliz, de rosto claro e olhos reflectidos pelo céu, com rosados brandos a esbotarem-se até ao rubro do verniz dos lábios, vestindo com ordem e com sol, com o ar lavado duma lua de mel.

A Lisboa das naus, dos pregões e das cantigas, dos gatos e das varinas, dos funcionários e dos apreciadores da bola, dos intelectuais e dos pinocas, das avenidas e das betesgas, dos palácios e dos casebres, da Alta e da Baixa, a Lisboa dos «Amigos de Lisboa» não merecerá, porventura, retomar aquele contentamento de claros tons, nos quais, então, a variedade policrómica das trazeiras dos prédios — quantas vezes estas se confundem com as fachadas —, com o característico embandeirado da roupa a secar sob a vigilância da nespereira de sacada, parece galeria de quadros no fundo duma exposição moderna, bem iluminada, serena e alvadia?

Ai, mas já que de cores se cuida, porque não levantar brado a par

e em favor da árvore, que pelo contraste enriquece os sítios onde vive, perfuma e dá sombra! E saibam quantos me escutam, que consoante os contrastes as cores variam. Lisboa vista do Tejo não tem a mesma cor quando admirada do Rossio ou de Monsanto. Os volumes vegetais, confessemos, muitas vezes encobrem mazelas urbanas e atenuam conflitos do problema agora discutido.

Sejamos corajosos «Amigos de Lisboa»: — civilizêmo-la em todos os sentidos, alegremo-la, demos-lhe saúde.

### Depoimento do jornalista Sr. Norberto de Araújo

A cor dos edificios não constitue, evidentemente, um problema de architectura, e nem sequer de urbanização. É um aspecto subsidiário estético, integrado no quadro geral da composição. Se teimássemos em considerar a cor de Lisboa como um problema — ele seria apenas de arte aplicada, e nisso está o interesse deste assunto, que nos reúne aqui no desejo de colaborar com a Câmara Municipal.

Quanto a mim — que vejo a cidade contemplativamente — trata-se de uma visão de conjunto numa cidade exposta, urbe alcantilada que se desdobra em extensões panorâmicas. Lisboa, porém, e disso não podemos abstrair, mantém em certas zonas, como as mais antigas, quadros de intimismo, que não se projectam à distância, e nos quais o semblante cromático dos edificios goza de um privilégio muito especial.

Porque não sou architecto, nem sequer urbanista no sentido técnico da qualificação, hei-de servir-me apenas da sensibilidade, sempre contingente, e com ela encontrar o único processo de autorizar o meu depoimento.



Lisboa não deve ter uma cor única, nem sequer um tom ou tons afinados por um único diapasão, dando-se, por esta maneira de dizer, ao sentido pictural uma expressão musical, mais lógica do que poética. Com efeito, a música não resulta apenas dos efeitos do som, mas, no nosso caso, também dos efeitos de luz.

Lisboa não pode ter uma cor única. Seria, além de monótono, a negação da graça de uma cidade que se n'alguns períodos históricos foi toda branca — e atrevo-me a pô-lo em dúvida firme — o teria sido por comodidade e por insuficiência de matéria cromática.

Trata-se, então, de saber quais as cores, ou qual o tom predomi-



nante, dentro de uma cidade exposta a todos os quadrantes, batida de sol em todos os sentidos e planos, e sujeita à contemplação panorâmica, desde a orla magnífica do rio — o que, como os viajantes estrangeiros, considero muito importante.

A luz, e a sua transparência, exercem uma função capital, uma visão panorâmica. Mas o panejamento pictural dos prédios — isto é óbvio — não se pode alterar com o rolar alternado das estações do ano, ou seja umas cores ou cor para a primavera e outono, e outras para o estio ou para o inverno, como acontece a um vestido de mulher. Assim a cor, em cada edifício, terá de ser imutável, estática, sofrendo ou beneficiando dos efeitos de luz, do beijo do sol a certas horas, da carícia da sombra.

Já repararam que a visão panorâmica da cidade, tomada desde uma torre ou de um miradouro, não é a nossos olhos sempre igual?

Considero isto, para efeito de críticas herméticas, muito importante. Mas adiante.

Volto a interrogar: quais as cores a preferir, dentro da visão do arquitecto? Quais os tons a adoptar na fisionomia de uma cidade exposta, por sua natureza espelhada de luz, ou no enfiamento de uma artéria, cuja contemplação se limita à própria extensão.

Inclino-me francamente pelos valores cromáticos amortecidos, pelas tonalidades claras, salpicadas de cor viva em alternadas unidades, mas de maneira alguma pelos tons uniformes. Numa mesma artéria ou avenida a cor tem que ser individualmente distinta; isto é: não devem prédios contíguos ser caracterizados pelo mesmo «marfim», pelo mesmo «grão», pelo mesmo tom de série dos fabricantes de tintas.

Se me inclino pelos tons claros, não sou porém paladino desses tons claros em todas as zonas da cidade. No conjunto panorâmico de Lisboa a simples diferenciação de tons — que preconizo para edifícios contíguos — não é bastante. Na distância perdem-se as gradações; ficaria tudo a um tom, e, à base do «amarelinho», criava-se um «desespero colectivo».

Assim, os cômodos da cidade têm de ser distintos entre si, tal os edifícios de uma mesma praça distintos têm de ser. E como a distância anula as gradações — há que substituir variedades de tons por variedades cromáticas puras.

A uniformidade dos altos ou lombos expostos de Lisboa — seria um erro de particularismo. Há também que considerar a natureza de certos edifícios, o seu destino, a sua formação architectónica, o seu sabor tradicional, quando não a sua raiz histórica.

E assim preconizo, e sustento como doutrina, que dentro dos

bairros, e até nas mesmas zonas os edifícios, um por um, possam vestir-se de um brocado de tinta, que não tenha apenas como elemento base, os tais tons fulvos, de favo de mel. Admito o verde ervilha, o azul clarinho, o rosa-velho.

Não queremos Lisboa uma manta de retalhos, de um plateresco polícromo de droguista. Mas não a desejamos uma cidade, contemplada a distância, como se estivesse coberta por um grande lençol de cor única, derivada do fusão visual dos tons, e na qual apenas os telhados de vermelho de cerâmica, que se apatina de negrume, dêem plano um contraste confuso.

Se me é permitida a expressão, em imagem poética — prefiro Lisboa vestida de chita, que é o tecido garrido mas não saloio das raparigas de Lisboa, as quais sabem, por instinto, pôr de parte as cores berrantes, afrontosas da melodia feminina e da sua dignidade taful.

Insisto em que há a cidade contemplativa, destinada a ser namorada de longe, e a cidade familiar, recolhida, íntima em certas áreas, destinada a ser namorada da janela. O critério não pode ser igual para ambas, e julgo melhor que se abra a paleta à sensibilidade de cada um, à imaginação dos architectos, à sua visão e ao seu bom senso.

Não posso ser, porém, partidário da liberdade absoluta de escolha, o que daria a indisciplina, o tumulto, o ridículo ou o preciosismo, quando interviesse no caso a vontade ou o suspeito gosto do proprietário construtor, a ditar lei ao architecto complacente.

O Município tem a sua função, não correctiva mas orientadora, e não pode abdicar dela. E neste passo quero afirmar que, de uma maneira geral, a Câmara tem orientado bem, até por considerar vários aspectos e condicionalismos que a nós às vezes escapam.

Quanto aos bairros excêntricos ou pitorescos, sejam uma Alfama, uma Mouraria (do que lhe resta), um Bairro Alto — julgo que ali a cor de rosa, gradada em tons, e alternada com branco, tem o seu lugar próprio. Fazer uma Alfama toda branca, alva como uma herdade do Alentejo, ou como uma rústica saudade moura do Algarve — parece aceitável. Julgo, porém, esse lirismo de candura incompatível com o realismo, com a índole das almas, até com a garridice tradicional.

Em conclusão: sou por uma Lisboa clara mas não por uma Lisboa branca; por uma cidade reflexo do sol mas que lhe corte a dureza, amaciando-a de salpicos de cor. Sou por uma Lisboa garrida e discreta, mas não ensonsa, uma cidade que já tem a sua saia cor do mar e deve ter o seu vestido com florinhas cor de rosa.

## NOITE DE 26 NOVEMBRO

Presidência do Snr. Prof. Augusto Pires Celestino da Costa

secretariado pela Snr.<sup>a</sup>

D. Julieta Ferrão e pelo Snr.

Dr. Paulo Cantos

## Depoimento do Prof. Sr. Armando de Lucena

Chamado a depor, neste verdadeiro concílio de estetas onde se acham reunidos prosadores, artistas e homens da Imprensa, não posso dissimular a minha hesitação na resposta que me é pedida, no receio que tenho de trair o meu amor pela cidade, servindo-me dos lugares habitualmente em uso no elogio da cidade. Por outro lado, certas responsabilidades do meu officio de pintor paisagista obscuro e já esquecido, tornam maior, ainda, o meu embaraço, embora me não queira arredar da causa que, aliás, em tempo, tanto me apaixonou.

Tratando-se de cor, quer ela seja a dum lindo rosto de mulher, dum açafate de rosas ou da vestidura duma cidade (como no caso presente) ninguém, na realidade, talvez, melhor que os artistas da pintura poderão dar o seu parecer, habituados como estão a observar os caprichos do sentimento e a exprimir as maravilhas da luz; mas que o artista indicado tenha a indispensável envergadura para o fazer, o que infelizmente comigo se não dá.

Colegas distintos — mestres abalizados na sua arte, para tal e muito acertadamente foram escolhidos; esses, todavia, com a graça e fulgor do seu espírito e com a experiência da profissão, já aqui disseram, e, possivelmente, outros dirão ainda o que pensam sobre o momentoso problema da Cor de Lisboa.

Há muitos anos já, pensei no que hoje, a propósito da cor da cidade, se pensa também, o que me levou a tratar do assunto, na Imprensa, com um desageitado artigo que intitulei: «O Ocre, o Almagre e o Zarcão».

Ferida, nessa altura, a minha sensibilidade pela desarmonia manifesta no casario de Lisboa, em capítulo de cor — ou antes de cores — (o que não é a mesma coisa) tive, então, o seguinte desabafo de que ainda me não arrependi: «...O branco puro, oftálmico, a reflectir num lado toda a orgia luminosa deste Sol peninsular; o vermelho vivo ou desbotado, noutra sítio; toda a gama inverosímil dos almagres, escorrendo, ao longo das empenas, laivos sangrentos; enquanto mais além surge o amarelo — o amarelo ocre (santo Deus!) latejando em

todo o burgo. De quando em quando, lá aparece a nota ignea do zarcão — pingos de fogo que escaldam a superfície agitada da cidade.»

Não eram apenas os meus olhos bárbaros, afinal, que assim viam e classificavam o colorido exagerado das empenas e das frontarias da capital. Armand Dayot achava-as «deselegantes e de um pardo sujo». São palavras suas que me servem de companhia e de que me socorro por saber perfeitamente que me não faltam adversários sobre este ponto de vista na estética de Lisboa.

Julgo não estar suficientemente averiguado se, a respeito da pintura exterior da cidade algo se legislou noutros tempos, e se o princípio de harmonia ou dos naipes de cor fora previsto nas horas apressadas de reconstrução pombalina. Contudo, no ano seguinte ao do terramoto grande, não se esquecera, de facto, o Duque Regedor, em seu aviso de 16 de Fevereiro, de ordenar qu «...os edifícios sejam tão uniformes como cómodamente puder observar-se.»

Não sei bem se essas palavras abrangiam a harmonia da cor, ou a igualdade na sua aplicação.

A uniformidade imposta devia ter sentido lato, porque, na realidade, as construções pombalinas caracterizam-se, sensivelmente, pelo mesmo colorido, discutível, muito embora, mas, em verdade, bastante uniforme.

A estética camarária actuou, em certa altura e, a meu ver, com acerto, na tonalidade geral a dar às frontarias do Rossio, salvando a linda praça lisboeta da fatalidade amarela que a perseguia, com a transformação desse tom noutro mais próximo da cor da pedra, certamente no intuito de afinar aquelas superfícies com a fisionomia pseudo-clássica do Teatro Nacional de D. Maria II.

Sobre isto, resta fazer um reparo: era o velho Rossio que devia submeter-se ao edifício do Teatro, ou, pelo contrário, era este que teria de adoptar o colorido tradicional daquela praça? Posto que reflecta certa elegância architectónica, o Teatro não deixa de ser um intruso no ritmo das edificações pombalinas daquele lugar.

Mas não é isto que está em causa.



A cor das cidades não depende simplesmente da vontade dos homens nem dos seus caprichos. O clima no que ele possa ter de mais ligado à intensidade da luz ou à natureza vegetal do sítio, regula, talvez melhor que outra determinante, a toada visual do conjunto: ora alegre, ora sombria, consoante o Sol for mais ou menos intenso, mais ou menos vibrante na sua perpétua vibração de luz. O homem é quase sempre levado pelo instinto ornamental da cor quando edifica,

quando agrupa à volta da choupana ou à roda do palácio o arvoredado mais próprio à conquista da sombra ou ao realce dos mármore em jogo.

A Natureza é, por vezes, melhor colaboradora do urbanista, com a irradiação da luz solar, com os acidentes do solo, com os naipes da vegetação; com a qualidade dos materiais, em suma. A ambiência dos lugares é um factor imponderável que actua, irresistivelmente, na fisionomia das coisas. A obra eterna de Fidias, por exemplo, de Lisipo e de Praxíteles, criadores dum inegalável sonho de Beleza, na antiguidade, e que à força de génio deram corpo e alma às ficções do Olimpo, com os seus Centauros e as suas Afródites, colheram da Natureza uma parte importante da sua obra — o mármore, esse corpo divino que, durante a imensidade dos séculos, nas canteiras de Paros e do Himeto dormiram esquecidos sob o voo doirado das abelhas que ali, e ao mesmo tempo, produziam o mel mais doce da Terra.

A luz pede a luz, como a sombra chama a sombra. Cidades do Norte em que a fotometria é baixa, mercê da latitude e da saturação atmosférica, oferecem à vista a mancha escura do casario, como geralmente sucede em terras de França, da Inglaterra, da Holanda, etc. Em contrapartida, as zonas do Mediterrâneo, onde a luz, como aqui, é sempre uma aleluia perpétua, as cidades vestem-se de cores alacres em que o branco tem a primacia, devida à extrema limpidez do caio ou reflectida pela nobre opulência dos mármore.

Bem sei que o branco é cor ousada para uso duma grande metrópole; que a luz dela reflectida, ligada à incidência solar daria, talvez, um deslumbramento doloroso para a retina, por defesa instintiva propensa às baixas vibrações da luz. Mas temos meios de acudir ao perigo, de amenizar as durezas, de fazer a justa compensação dos conflitos oftálmicos, associando às superfícies estridentes da cal manchas apropriadas de arvoredado, em gamas que podem ir do ouro translúcido dos plátanos ao verde profundo do loureiro-rosa. Seria um agente moderador dos excessos luminosos que dali resultassem, a fofa e lânguida curvatura das árvores, ao mesmo tempo capaz de corrigir a secura dos cunhais e de suavizar a fastidiosa extensão dalgumas superfícies.

Isto mesmo deveria ter pensado Napoleão III ao decretar o plantio de certas árvores decorativas nas praças e nas ruas de Paris afeiadas com a pobreza das formas, em certas zonas da cidade. Com essa feliz sugestão, muito aproveitaram, ali, os trechos dos Campos Elísios-Tulherias e outros em semelhantes condições.

Lisboa, em dias de sol, e vista de certos pontos, é, às vezes, dura, escaldante pela claridade atroz com que nos encandeia. Falta-lhe o calmante da vegetação dado pelos parques e jardins com as suas espé-

cies variadas, como se usa na maior parte das urbes europeias. Nem sequer é necessário o exagero decorativo da Vila Antinori, nas imediações de Florença, onde a colaboração vegetalista chega a dominar o próprio foro artístico da arquitectura, formando paredes viçosas e rescedentes com as mais variadas espécies aplicáveis à questão.

Quanto não lucraria, em beleza, a nossa Lisboa se, aos grandes blocos edificados, feitos e a fazer, fossem associados mais intimamente e em maior escala, os volumes arbóreos que lhe faltam?

Se, realmente, os amarelos, os ocres, os roxos-rei abundam nas fachadas, nos muros e nos portões, em compensação sente-se a falta das tonalidades frescas da relva, dos arbustos; das manchas rubras dos gerânios e dos craveiros no parapeito das janelas.

Flores, mais flores.

Cidades, como algumas da Holanda, onde o seu culto é uma das primaciais razões de ser da sua existência, são, por si sòmente, verdadeiros jardins de que desde os princípios da Primavera se vêem cercadas por longo rosário de espécies floridas que fascinam os habitantes com a branda embriaguez do seu perfume.

Tudo serviria, contanto que irradiasse luz e cor.

Forestier, o mago da arquitectura vegetal dos parques e dos jardins, das formas e das cores a dar aos maciços de plantas, entende que até o próprio azul — cor tão rara no mundo das flores — serviria para formar o matiz das zonas ajardinadas, e constituir, por assim dizer, um quadro palpitante da Natureza tão caprichoso e atraente como as mais límpidas aguarelas de Watteau.

Quanto a Lisboa, ela bem pode prescindir dessa lindíssima cor, por lhe bastar a imaculada cúpula dos céus que a cobre em toda a sua extensão e beleza, com um privilégio raramente igualado no Mundo. É, realmente, estranho que o azul tão raro seja nas plantas e, ao que parece, tão mal compreendido tenha sido pelos homens antigos. Nem os «Cantos de Vela», nem o «Antigo», como o «Novo Testamento», nos falam, uma só vez, do esplendoroso azul do céu! E, contudo, é a cor mais vasta e mais pura de todo o Universo.

Para mim, a melhor cor de Lisboa seria o branco, como centro de gradações leves, diáfanas que à sua volta puderem imaginar-se, onde o próprio amarelo, que Deus haja, poderia entrar desde que atenuado ou reduzido a uma escala conveniente.

Sempre tonalidades claras por serem aquelas que, em meu modesto entender, melhor e mais intimamente se combinam com a exuberância deste Sol que é privilégio da península e ao mesmo tempo faz de Lisboa a cidade mais límpida, mais cantante e luminosa do Mundo.

## Depoimento do Architecto Sr. Cristino da Silva

A formação das cidades e a sua futura expansão, dependem, hoje em dia, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, directamente dos planos de urbanização que as concebem e orientam, baseando-se exclusivamente, em elementos de ordem técnica, económica, social e estética ao contrário do que afirmou ontem o meu Ex.<sup>mo</sup> amigo Norberto de Araújo.

Assim, o problema da cor de uma cidade está, por conseguinte, intimamente ligado aos estudos de urbanização desse aglomerado, dependendo de muitos factores de ordem técnica, que, na maioria dos casos, não são do conhecimento do público, tais como: exposição solar, acção dos agentes atmosféricos, materiais de construção empregados, problemas económicos, aspectos paisagísticos, etc., etc.

A influência directa de todos estes elementos é que determina, finalmente, o carácter próprio das construções que constituem os aglomerados, incluindo a cor que lhes compete.

Servem estas rápidas considerações para se chegar à conclusão de que o assunto dado para tema deste interessante inquérito — a cor de Lisboa — é de tal forma complexo que não cabe numa simples palestra, nem eu possuo os dados técnicos necessários para poder determinar com absoluto conhecimento de causa, a melhor orientação a seguir.

Desejando, porém, corresponder ao amável e honroso convite que me foi dirigido, não posso resistir à tentação de apresentar também algumas simples e desprezenciosas sugestões, encarando o problema, apenas, sob o ponto de vista pitoresco e estético.

Duma maneira geral, analisando o assunto no seu vastíssimo conjunto, verifica-se que a cor de Lisboa está certa e que se integra, com a necessária harmonia, na atmosfera luminosa da capital.

Os variadíssimos aspectos panorâmicos, que, em todos os sentidos, a cidade apresenta, são extraordinariamente valorizados pela rica policromia das suas edificações em que dominam as cores claras nas suas infinitas tonalidades.

Sobre este aspecto, portanto, nada temos a objectar.

O mesmo, porém, não podemos dizer quando o observador desce à cidade e analisa, detidamente, em pormenor, os aspectos do casario que guarnece certas zonas da sua complicada rede de artérias.

Verifica-se, por exemplo, que houve uma exagêrada preocupação em unificar a cor de toda a zona Pombalina, lançando sobre ela uma gigantesca lata de amarelo, cor essa que já se alastrou ao velho bairro de Alfama e está contaminando, assustadoramente, os vários bairros vizinhos.

Verifica, em contrapartida, que, onde deverá existir a indispensável unidade de cor, por se tratar de arranjos architectónicos de certa importância formando um conjunto equilibrado, tem sido consentida a máxima liberdade de escolha, apresentando, por esse facto, esses edifícios um verdadeiro aspecto de desordem, em absoluta contradição com as suas linhas gerais de composição.

Ora, estas e outras deficiências, que neste momento não vale a pena enumerar, levam-nos, por conseguinte, a alvitrar as seguintes sugestões:

1.º — Deverá ser exigida a unificação de cor, sempre que se trate de um arranjo architectónico de reconhecido valor estudado com o fim de se obter um conjunto equilibrado, mesmo quando for constituído por vários prédios ou corpos de edificio pertencentes a várias proprietários.

2.º — Quando a unidade architectónica abranger uma grande zona da cidade, como, por exemplo, a Baixa Pombalina, os Bairros Residenciais satélites, etc., a distribuição da cor deverá ser estudada por sectores, de harmonia com os casos especiais que se apresentarem, procurando-se formar pequenos conjuntos ou combinações mistas, não devendo, porém, em caso algum, admitir-se o alastramento da mesma cor a toda a superfície da dita zona.

3.º — Não deverá continuar a ser consentido o emprego de tons escuros, sobretudo o cinzento, cor de zinco, de efeito sombrio, usado, normalmente, nas construções metálicas e industriais, por esta cor tristonha estar em absoluta contradição com o ambiente luminoso de Lisboa.

4.º — O casario do velho bairro de Alfama, na sua quase totalidade, deverá apresentar os seus paramentos brancos, convindo dedicar-se um cuidado muito especial à conservação dos seus telhados rústicos e outros elementos construtivos de grande carácter regional.

Em complemento destas sugestões, não posso deixar de me referir, em seguida, aos principais materiais usados no revestimento das fachadas da maioria dos edifícios de Lisboa, visto que o problema da cor está intimamente ligado à qualidade dos materiais a empregar.

Fazendo uma análise rápida a esses materiais, verifica-se, com pesar, que a pintura a óleo conquistou, definitivamente, a cidade de Lisboa, estando a ser empregada, em primeiro lugar, seguida de longe, pelo esboço com massa de areia, na cor natural ou com a cor na massa e pelos materiais à base de cimento branco, assemelhando-se ao pó de pedra, donde derivam os «Simili» de várias cores, lavados, projecta-



dos, ou polidos. Sobre a aplicação da nossa bela cantaria, poucas notícias há do seu emprego.

Ora, em face deste simples cálculo estimativo, pouco animador, somos forçados a propor mais as seguintes sugestões:

1.º — Atendendo a que a pintura a óleo não é um material adequado a ser usado no exterior, visto que, com a acção contínua aos agentes atmosféricos, sobretudo dos raios solares, acaba por descorar e desagregar-se dos paramentos, parece-nos lógico que o seu emprego deverá ser condicionado a determinados fins, deixando-se o revestimento das fachadas entregue a outros materiais mais nobres e resistentes.

2.º — Como medida de ensaio, conviria fazer ressurgir o emprego de azulejos ou faiança policromada, no revestimento parcial ou total das fachadas dos novos edifícios, permitindo, assim, que volte a colaborar com o seu brilho na era do betão armado; e, finalmente:

3.º — A bem da estética urbana e do engrandecimento da capital, dever-se-á estimular, por todos os meios, o largo emprego da nobre cantaria aparelhada, nos paramentos exteriores, dos novos edifícios públicos e dos prédios de rendimento, a construir nas principais artérias da capital.

### Depoimento do Architecto Sr. Paulino Montez

A cor de Lisboa — que tantos poetas e pintores tem interessado — não deve ser tomada como simples motivo, inspirador de criações literárias ou artísticas.

Falar da cor de qualquer cidade — dando à palavra «cor» o seu mais amplo sentido — é falar da fisionomia global dessa cidade. As ideias sobre a cor podem desdobrar-se, assim, em ideias múltiplas, e não apenas sobre a história, a vida, a alma do aglomerado urbano de que se trate, mas sobre toda a matéria inerente às características da sua expressão — clima, relevo, do solo, traçado de arruamentos, arranjo dos edifícios, aspectos monumentais, quadros pitorescos, etc.

Não é com essa amplitude, que se pretende estudar a cor da capital. Interessa neste momento, apenas, discutir o problema restrito da coloração dos prédios — ou seja o da escolha das cores mais recomendáveis à arquitectura da cidade.



Antes de tratarmos pròpriamente do problema, vamos, para melhor o esclarecer, discutir a seguinte questão:

— Será necessária a cor, nas fachadas dos edifícios?

A tradição indica-nos, decididamente, os benefícios da intervenção da cor, nas obras de arquitectura.

Em Portugal patenteia-se, com agrado corrente, a cor nos edifícios. A arquitectura popular, só por si, dá-nos ensinamentos preciosos sobre a necessidade da coloração. É flagrante o interesse estético por ela provocado, quando aplicada, quer em sócos e cunhais, quer em vãos e platibandas, nas casas típicas da Estremadura, do Alentejo e do Algarve. A obra erudita, de carácter doméstico ou já monumental, facultá-nos, por sua vez, semelhantes ensinamentos sobre a importância da cor.

Fora do país, encontram-se, a cada passo, exemplos reveladores de quanto pode a cor ao serviço da arquitectura. E, se recuarmos aos períodos áureos da antiguidade grega, romana ou oriental, teremos ainda provas, das mais eloquentes, do valor da cor, quando integrada em monumentos de esplendorosa fábrica.

Não bastam, todavia, as indicações das obras do passado, para se provar a legitimidade da cor, aplicada à arquitectura.

Muitos caprichos de colorido prejudicaram magníficos edifícios. Muitas ideias tradicionais anemizaram a arquitectura de certos períodos, só porque essas ideias passivamente se seguiram, sem o julgamento da Razão. E por iso se julga conveniente discutir tão delicado assunto, ainda que de modo bastante sumário.



A cor das fachadas — não contando com a cor de quaisquer motivos ou painéis decorativos — pode resultar do aproveitamento da cor natural dos materiais, ou da coloração das massas de revestimento das alvenarias.

Quanto à cor natural dos materiais, julgamos não se suscitarem dúvidas sobre os benefícios do seu aproveitamento.

Muitos edifícios se conhecem, de todas as épocas e em todos os países, que nos impressionam de grande beleza, e nos quais se conservaram aparentes, as cores da pedra, comum, do mármore ou do tejo. As pedras talhadas, que designamos por cantarias, applicou-as o Homem em obra do mais nobre ideal estético; e nunca a cor que as pigmenta deixara, alguma vez, de contribuir para a expressão perfeita desse ideal.

A cor própria das pedras pode ter-se alterado com as pátinas doiradas ou bronzeadas que lhes dá o tempo. Mas, também, estas pátinas naturais constituem valioso acréscimo de beleza. Isto se deduz, de resto, da indignação dos arqueólogos, dos homens de letras e dos

artistas em geral, sempre que a ignorância ou a insensibilidade pretende lavar ou picar, nos monumentos, a cor expressiva, neles impregnada pelos séculos.

As simpatias do espectador pelas colorações naturais obedecem a fundamentos inequívocas, que não podemos, aqui, discriminar, mas a que convém referir, ainda que em poucas linhas.

Um dos grandes princípios, orientadores da bela architectura, é o da Verdade. A expressão de um edifício deve corresponder ao seu destino e às linhas estruturais da sua segurança. Cada trecho ou cada elemento deve acusar a sua função no todo a que pertence. A cor das pedras, destacando-as entre si ou de outras matérias, e contribuindo para exaltar aquela Verdade, constitui, assim, factor importantíssimo de beleza.

Outro princípio de architectura recomenda que a expressão dos edificios nos desperte o sentimento da segurança e da duração. E certo, as pedras patinadas são da nossa simpatia porque os tons terrosos ou metálicos que as revestem acentuam o aspecto de resistência ao tempo.



Quanto à coloração obtida por pintura ou qualquer outro revestimento — há que reconhecer-lhe interesse e também legitimidade. Aplicada aos edificios em que falte a cantaria, ou em que predominem as alvenarias, ou ainda em que estas se reduzam, relativamente àquela — resulta a coloração sempre benéfica, desde que acuse ideias de estrutura, ou destaque planos em fachadas sem contrastes, ou contribua, de qualquer modo, para melhorar expressões ou exaltar belas proporções.



Mas sempre se verifica, todavia, o respeito dos preceitos apontados. Materiais de maior força expressiva, que deveriam, pela sua cor, aplicar-se na tradução de linhas ou massas de estrutura, deslocam-se do seu lugar apropriado. Fachadas aparecem, em que a pedra dos cunhais, por exemplo, se vê substituída por pintura, sem que, contudo, a cantaria deixe de cobrir profusamente certas partes, de nulo ou reduzido valor estrutural.

Surgem, também, as pinturas que abatem a expressão monumental dos edificios; e outras que prejudicam o carácter e o mérito verdadeiro da obra — seja acusando elementos secundários, seja reduzindo valores considerados essenciais.



Assim, podemos concluir — respondendo à pergunta que, logo de início, formulámos:

- 1.º — A cor, em arquitectura, é necessária, por constituir precioso e insubstituível factor de valorização da expressão dos edifícios — sejam eles de carácter popular ou erudito;
- 2.º — A cor artificial das massas de revestimento das fachadas, é tão legítima como a cor natural que resulta da natureza materiais;
- 3.º — A cor só se comporta como elemento valorizador de qualquer obra, quando obedece aos princípios constantes, que regem todas as belas composições de arquitectura.



Tratando, agora, do problema da selecção das cores mais recomendáveis à arquitectura de Lisboa — devemos observar, antes de tudo, que os edifícios da cidade, quer os antigos quer os modernos, dificilmente se podem subordinar a um sistema único de coloração. Uns, são totalmente revestidos de pedra, e contam, portanto, com a rica coloração natural. Outros, quase privados de cantarias, dispõem sobretudo, da coloração das massas. Outros, ainda, apresentam características mixtas, resultantes do emprego simultâneo das cantarias e das massas.

Dos edifícios do primeiro grupo diremos que devem, lógicamente, apresentar-se com as cores das pedras extraídas na região da cidade — e isto, em obediência, não a razões respeitáveis de ordem económica, mas a objectivos de harmonia com o meio ambiente, que sempre se impuzeram em arquitectura.

Sobre os edifícios restantes, do segundo e terceiro grupos, torna-se difícil precisar indicações. E daí a necessidade de se discutir, mais largamente, o problema.

Sem dúvida que o espectáculo das cores, hoje patente na cidade, provoca, a todos, reacções de ordem estética, e conduz a aplaudir ou a condenar, sem pesados julgamentos, as colorações em uso.

— Acabe-se com o amarelo, dizem uns. — Proibam-se os tons escuros, dizem outros. E todos hão de ter razão, se bem que as influências da cor, exercidas sobre cada indivíduo, possam ser diversas e mesmo opostas, por motivos de variação da idade, do sexo, do temperamento, da cultura, da profissão, etc.

E contudo, quem se atreverá a condenar, com certeza íntima, o

amarelo do Terreiro do Paço? Quem, convictamente, repudiará o tom escuro do Palácio Foz?

É evidente que os casos de contradição seriam inúmeros, se fossemos a considerar as cores, alheadas do conjunto architectural a que pertençam.

Com mais fundamento se podem preferir as cores, quando simbolizem, porventura, tradicionais sistemas construtivos, sem qualquer ideia de fingimento, mas, apenas de evocação ou ligação do passado com o presente. O amarelo-ocre, por exemplo, tão usado no país, talvez simbolizasse, inicialmente, as cantarias amarelecidas pelo tempo. O almagre evocaria as estruturas descarnadas, em tejo; com o cinzento, reflectiria a força de certas pedras; e o azul, procuraria exaltar a mesma força.

E não julgamos mera hipótese tal simbolismo — pois, ainda hoje, em várias províncias nossas, muitas casas onde falta a cantaria apresentam, sobre paredes brancas, barras de cor, em sócos, em cunhais, em vãos, etc., ou seja nas partes em que costuma aplicar-se a pedra à vista.

As cores podem escolher-se, ainda, em obediência a hábitos consagrados por gerações anteriores, precedentes da actual. É o caso de muitas colorações, aplicadas nos edificios citadinos do nosso tempo, e sem qualquer objectivo verdadeiramente architectónico. Podíamos designá-las por «colorações de transporte», à semelhança das «formas de transporte», conhecidas na architectura de todas as épocas — formas que são réplicas, em pedra, de formas anteriormente realizadas em madeira.



Não vamos reconhecer nenhum processo de selecção da cor, entre os apontados. A tradição dos simbolismos, não interessa conservá-la, em edificios de carácter citadino e erudito. E insistir em hábitos do passado, que não se adaptem às exigências dos nossos dias, equivale a contrariar os princípios da architectura — e a mortificá-la, privando-a da liberdade sagrada de evoluir.

À luz dos preceitos architecturais atrás referidos, não cremos, mesmo, que, de entre todas as cores possíveis, alguma possa merecer destaque ou condenação.

Simplemente, observamos que as cores, dentro da máxima liberdade de escolha, deverão aplicar-se sempre em obediência àqueles preceitos, e em relação a cada edificio — ou melhor, em relação às suas características de destino, de estrutura, de proporção, de decoração, etc.

A cor pode escolher-se, sim, mas apenas em relação ao signifi-

cado intrínseco, que nela se contenha. E esse significado não se explica: apreende-se. Em edifícios de cantarias deslavadas, há necessidade de cores quentes. E inversamente, junto a pedras azulinas ou amarelcidas, vão bem as cores frias ou as esbranquiçadas, quando não o branco puro. As cores gritantes recomendam-se em fachadas lisas, com pouco ou nenhum movimento de planos; as cores discretas e suaves, em fachadas de nobreza de proporções ou de opulência decorativa. Os tons claros irradiam o calor e a luz solares, e aumentam o volume aparente dos edifícios. Os tons escuros produzem efeitos opostos e denunciam força, resistência e magestade. O branco, por ser a cor-síntese de todas as cores, reúne, em si, muitos significados — e só por isso, a sua aplicação não choca, em caso algum, quer se trate de obra rica, quer modesta. Recomenda-se, todavia, especialmente, quando em contacto com a pedra de cor trigueira; ou quando revista integralmente os paramentos, onde não existam cantarias. É a cor dos bairros pobres e dos bairros mais antigos, imposta pela economia, pela hygiene, e pela necessidade de encher da luz as vielas escuras e tortuosas. É a cor simpática, a cor amiga dos velhos monumentos, que faz vibrar, como nenhuma outra, as pedras patinadas pelos séculos.

#### Depoimento do crítico de arte Sr. Gustavo de Matos Sequeira

Lisboa é feminina. A cor não pode deixar de ter para ela uma atracção particular, e a sua garridice de velha póvoa moirisca, velada de brancos, olhos de luz apenas à vista, tinha de ser fatalmente tentada pelas valorizações da cor, pelo encanto novo que lhe poderia dar um pouco de rosa, de azul ou de verde, na expressão da sua face desmaquilhada. O artifício nunca é insensível às cidades, sobretudo às cidades mulheres como a cidade do Tejo. Deslumbrou-se com o querer imitar os cambiantes do céu e do mar, os verdes e os castanhos da terra, o amarelo pálido e o violeta dos Orientes e dos Poentes, e ei-la a fugir ao seu branco tradicional, cheio de sombras e de cruizas de luz, maravilhoso de contrastes, valorizador, como nenhum outro tom, do interesse dos planos e da graça das projecções. E aí, ao findar do século passado, entrou a ensaiar um pouco de cor. Talvez lhe não ficasse mal.

Nesta questão alfacinha da cor, não é desarrazoado averiguar da história dela. Lisboa nasceu branca, empoada daquela cal que os fornos dos moirinhos lhe davam, continuando o velho costume dos

filhos de Roma, que guardavam a cor para as decorações e não a esbanjavam nas empenas e fachadas.

Ibne Saide, compara a velha Kútia dos godos a «uma Noiva na sua alcova nupcial», na descrição que fez da cidade muçulmana. As reverberações dos brancos, batidos pelo Sol, inspiraram-lhe essa poética imagem. A cor isolada, com as suas violências surdas tinha outro destino, e lá estavam os telhados, verdes e vermelhos, manchando o tejolo discreto das açoteias de cura e de estendal, para dar o contraste. Lisboa cristã não alterou o seu facies tradicional. Não o modificou também a cidade medieval, nem a Lisboa manuelina, nem a póvoa heróica da Restauração, nem as duas cidades do grande rei D. João V. Continuou branca, como as cidades do Sul, como a deslumbrante Évora, que morria de vergonha se a pintassem de azul e de vermelho. Em lógico desacordo com os burgos do Norte, onde a pedraria se mostra, viva e dura, à falta da confeição natural do branco da terra, a nossa capital mantinha-se empoada, lustrando ao Sol os seus brancos oftálmicos, adossados aqui e além, pelo arroxeadado das sombras desdobrando-se em séries de planos imprevistos. Era a sua beleza natural, sem artificialismos, nem maquilhagens.

Ao acabar do século XVIII, as inovações principiaram. Houve uma casa que se pintou de amarelo — a do Cais de José António Pereira, ali no Aterro, onde atracavam os paquetes de Falmouth — e que ainda lá está com a sua lápide faladora. Depois outra residência pintou-se de azul. Mais tarde uma varanda coloriu-se escandalosamente de verde. E assim nasceram a Casa Amarela, o Palácio Azul, na Praça da Alegria (onde hoje está a esquadra de Polícia) e a rua da Varanda Verde, agora «das Janelas Verdes». A raridade e a estranheza logo as nomearam. Com a chegada do século XIX, e, principalmente, depois do ano político de 1834, os edificios públicos, conventos e quartéis, para se distinguirem, começaram a pintar-se de amarelo. A terrível oca surgira dominadora e implacável. Nem o Terreiro do Paço, que pede branco aos gritos da pedra, escapou à invasão. O Romantismo nasceu em Lisboa entre amarelos pálidos, com olheiras de sépia. Não teve força nem coragem para resistir nem para inovar. Após a Regeneração (a Política casa-se bem com a cor), é que principiaram, tímidamente, a colorir-se as fachadas. Perdida a hesitação inicial, no segundo terço do século XIX, a caixa de tintas escancarou-se, e a segunda invasão deu-se.

Lisboa, na posse de todas as facilidades da indústria dos fabricantes, entrou a tornar-se fachada de drogaria, utilizando ao desbarato todas as cores do arco-iris... Azulejos cor de reбуçado, a tinta de óleo cor de sangue de boi, revestimentos cerâmicos a imitar *tablettes* de chocolate, azuis mais gritantes do que o dos hábitos dos frades Loios,

amarelos canário, verdes esmeralda, cobriram todas as fachadas e empenas. O branco, de envergonhado, refugiou-se nos bairros pobres e emigrou para os saloios, onde o foram encontrar depois as barras vermelhas e azuis da cidade lançadas em sua perseguição. O povo não entendia nem tinha dinheiro para tão desvairadas pompas.

Sempre tradicional conservou o branco.

No nosso tempo, o Município decidiu intervir no assunto. Embora seja discutível a intervenção oficial em matéria tão acessória, e mais própria de uma liberdade inofensiva, o exagero justificou-a. É que se estava, realmente, a sair fora do tom, e a policromia ameaçava um prejuízo geral, contendia com vizinhanças respeitáveis, desmanchava conjuntos e gritava demasiadamente, perturbando o sossego dos olhos.

Foram escolhidas, sem forçar os gostos, as cores claras e suaves, agora já destronadas por uma insistente cor de camarão, que parece ser o Santo e a Senha das modernas construções, onde as janelas são todas do mesmo feitio e do mesmo formato para se não escandalizarem os bairros uns com os outros... E como de quando em quando o problema se ventile, e tenham havido pareceres dispares, e se estabeleçam controvérsias, o Grupo «Amigos de Lisboa» decidiu pôr o caso patente e à votação dos artistas e dos escritores, na ideia de colher uma média das opiniões, e de ver se é possível chegar a uma solução.

Chamado a depor, aqui estou para dizer da minha justiça. E em meia dúzia de palavras exponho o meu ponto de vista. Pessoalmente sou partidário do branco total, do branco natural da terra, sem preparos, nem confeições de tintas, que cheiram a indústria, a standardização, a réclamos, a latas estampadas. Era assim que eu gostava de ver Lisboa, restaurada na sua face tradicional, tal qual Évora Rica, mostrando bem ser cidade do Sul. Encantar-se-iam todas as suas reverberações, e fechando os olhos, e imaginando-a assim, tenho a certeza de sentir mais profundamente a sua beleza e a sua grandiosidade. Parece-me que um propositado embonecramento de drogaria a amesquinha e diminui, lhe dá um ar de brinquedo que lhe não fica bem, e um artificialismo que julgo não lhe convir.

Mas isto é uma opinião pessoal que nada vale, como não valem as opiniões que se deem sejam elas quais forem.

A quem chega ao Tejo, vindo das grandes cidades do Norte da Europa, ou das trepidantes urbes americanas, farto da pedraria queimada pela bruma e pelos nevoeiros, escorrida de negrumes, ou das fachadas de radiador dos arranha céus, que não são brancos nem têm cor, um espectáculo como o que lhe ofereceria Lisboa assim, empoada de cal, seria um deslumbramento. Não há cor que substitua a quentura e as tonalidades do branco, manchado do roxo das sombras. A policromia de caixa de brinquedos, não chega para encantar os olhos



da gente crescida, porque no panorama da cidade, perde-se na tentativa inútil de alcançar um efeito global para a vista.

De uma maneira ou de outra, porém, não seremos nós quem vai estabelecer regras. O gosto não se impõe, sente-se.

Que importa que eu prefira o branco, que aquele opte pela policromia em inteira liberdade, que outro opine pelo exclusivismo dos tons suaves, que haja quem defenda o estabelecimento de certas cores para certos bairros. Que podemos nós fazer contra as fatalidades das épocas, contra as exigências do bom ou do mau gosto dos construtores, contra as necessidades de vender, contra os caprichos de cada um e, principalmente, contra a massa dos que não têm opinião formada, nem se interessam de a ter, que são a grande maioria?

Lisboa, apesar de posturas municipais, há-de seguir o seu destino de cor; há-de ser como os Fados quiserem que ela seja, há-de-se acompanhar, no fatal declive de Tempo, da indicação inconsciente de todos. Não hajam ilusões... Sabe Deus se ela será um dia, toda cinzenta, toda de cimento armado sem nenhum inducto exterior, ou feita de qualquer novo material construtivo, negro como pez e áspero como c formigão dos romanos.

São impossíveis os vaticínios. Só o que há de infelizmente certo, para o meu ponto de vista, é que ela não tornará a ser branca, a semelhar-se, como disse Ibne Saïd, a uma noiva deitada na sua alcova nupcial. Deixemo-la seguir o seu Destino. Condicioná-lo, parece-me tarefa inútil. Fique a uns a pena de não ser branca a outros o desgosto de não ser de mil cores, a alguns a contrariedade de a não verem esquadrejada de tintas variadas. Com o que todos ficarão é com a ideia consoladora de que continuará a ser linda, ou se imobilize no seu aspecto ou se despenhe desvairadamente nas vertigens da urbanização.

Lisboa é feminina, repito. Outra coisa não há que se esperar dela senão que se integre nas regras inflexíveis da Moda, sempre inconstante e inovadora. Indiferente ao gosto dos seus amadores, e sofrendo melhor o influxo inconsciente dos seus filhos, que não sabem estabelecer princípios, nem se preocupam a preconizar ideias de estética pessoal, há-de continuar a usar todos os «batons», todos os «rouges», todos os arrebiques de toucador. O Tejo que se lhe abre defronte é o seu grande espelho; mas a minha grande saudade é do tempo em que ela se reflectia nele, sem um vermelhão, nem um azul, nem uma sombra de cor, a perturbar-lhe o rosto.

Nestes termos eu votaria pelo branco integral, se não tivesse a consciência de que o meu voto era apenas uma aspiração. Assim, não tenho remédio senão sujeitar-me à fatalidade do Tempo, do Gosto e da Moda, três fatalidades diante das quais não temos outro remédio senão cruzar os braços.

# ADITAMENTO

Julgamos interessante a transcrição, como apenso aos depoimentos feitos pelos «Amigos de Lisboa», de uma gazetilha em redondilha maior, publicada, em 2 de Dezembro do passado ano, no «Correio do Sul», da cidade de Faro, subordinada ao mesmo título «A cor de Lisboa». João Triste, pseudónimo do autor, comenta em desenfastiado estilo, o nosso «assunto», e não fica mal sobre o parecer sério de artistas e escritores, o apontamento ridendo de um poeta humorístico.

*Andam Suas Excelências  
os «Amigos de Lisboa»  
e mais outras competências,  
a revelar em pessoa  
coloridas divergências.*

*Coloridas divergências  
são divergências na cor  
que as citadas competências  
pretendem agora impor  
a Lisboa e dependências.*

*Mas mesmo os pobres de Cristo,  
incluindo as manas Pires,  
dão cores para o registo  
e já não chegam, p'lo visto,  
as cores do Arco Iris.*

*No foro municipal  
há o gesto nobre e franco  
d'atitude imparcial;  
como cor oficial  
prevalece o «negro e branco».*

*Seja com nome suposto  
ou com língua tagarela  
e voto livre ou imposto,  
toda a gente de mau gosto  
quer a Lisboa «amarela».*

*N'uma teimosa atitude  
que a ilusão aconselha  
mas que o tempo desilude,  
os dirigentes do M. U. D.  
sonham Lisboa «vermelha».*

*O das luvas amarelas,  
que todos os mais desbanca  
em eruditas querelas,  
pretende sem mais aquelas  
a Lisboa «azul e branca».*

*O motorista apressado  
Que voa, qual toutinegra  
pelas ruas, destravado,  
é doido predestinado  
a fazer Lisboa «negra».*

*A figura macilenta  
do poeta triste e mono  
que de tudo se lamenta,  
canta os poentes de Outono  
n'uma Lisboa «cinzenta».*

*Carteiristas da vanguarda  
que manobram às escuras  
fugindo aos olhos da guarda,  
para as suas aventuras  
preferem Lisboa «parda».*

*Lisboeta centenário  
cuja memória se perde  
no seu longo itinerário,  
sugere Lisboa «Verde»  
para que lembre o Cesário.*

*Em atitudes gentis  
de vida deliciosa,  
amaneirando os quadris,  
querem todos os «pi-pis»  
a Lisboa «cor de rosa».*

*Um dos nossos escritores  
que salta com afoiteza  
d'uns para outros sectores,  
prefere, por natureza,  
A Lisboa «furta-cores».*

*Nosso Governo preclaro  
que é guardião do Tesouro  
e n'isso se mostra avaro  
mostra desejos, é claro,  
de Lisboa «azul... e ouro».*

JOÃO TRISTE

# BARTOLOMEU JOANNES E O SEU TEMPO

(ACHEGAS PARA UM ESTUDO HISTÓRICO-GENEALÓGICO)

por HENRIQUE LINHARES DE LIMA

(Continuação)

## II

Outro nos afirma:

«Desconhece-se a origem dos Bejas, sabendo-se apenas que tomaram o apelido da cidade de Beja — já existiam pessoas deste apelido no reinado de D. Dinis, como *Pero Esteves*, bom cavaleiro, privado do mesmo soberano, e meirinho mór da província de Entre Douro e Minho; Gomes Lourenço, valido do mencionado rei, e *comendador mór da Ordem de S. Tiago*; e *João Domingues*, escrivão da puridade de D. Dinis e seu *porteiro mór* (ou *reposteiro?*) (1), conselheiro e vassalo de D. Afonso IV, com quem esteve na batalha de Salado. (2)

João Domingues era filho de Domingos Paes. (2) e (3)

Este Domingos Paes figura como procurador do rei num documento de 1318, e ainda em outros dois de 1321. D. Dinis chama-lhe: *meu de criaçon*. (4)

Serviu também de ouvidor dos feitos de el-rei desde 1336 a 1341. (4)

Não parece que Domingos Paes tenha sido pai de João Domingues, pelo confronto de datas, podendo antes admitir-se que fosse seu irmão.

Realmente João Domingues aparece-nos pela primeira vez, documento que se citará, em 1285, e vem a falecer em 1342. Entre as duas datas passam 57 anos, a que se deve acrescentar a idade que teria em 1285. Vinte anos? Teria pois à data da morte 77 anos.

Domingos Paes em 1341 é ainda ouvidor dos feitos de El-Rei.

Quer dizer, ainda exercia cargos públicos quando o seu filho tinha 76 anos. É pouco provável.

António de Vilas Boas e Sampayo diz que a família Beja descende de João Domingues. (5)

(1) Vide testamento.

(2) Beja. Geneal. «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira».

(3) *Monarchia Lusitana* e António Caetano de Sousa, *Memória V* — pág. 203, nota.

(4) Gama Barros, vol. III págs. 241 e 268. — «Nova Malta» vol. I págs. 44 e 80 e vol. II págs. 266 e 273. — 'Ocidente' — L.º dos Foraes da Ordem de Malta vol. XXV.

(5) «*Nobliarchia Portuguesa*» pág. 242.

Felgueiras Gajo dá-o como descendente de Mafaldo, fidalgo que veio de França em uma armada que se dirigia à Terra Santa e que ficando em Portugal esteve com D. Sancho I na tomada de Tavira, de Elvas e de Beja.

Tem depois como filho deste a Mafaldo de Beja, casado em França com *madame* Lorena (sic), destes nascendo João Domingues, o escrivão de puridade.

Fonte autorizada, porém, chama ao primeiro Mafaldo, Estevão Mafaldo, o velho, que diz ser filho de Estevão Vasquis, cavaleiro instituidor do morgado de Santo Estêvão de Beja, o qual morreu em 1272 e está sepultado em um túmulo de mármore, na igreja do mesmo santo em Beja.

Ao segundo Mafaldo dá-o por neto de Estevão Vasquis. (1)

Ainda outro genealogista afirma que João Domingues foi o primeiro que usou o apelido de Beja, e acrescenta que os Bejas se dizem descendentes de Mafaldo, escrivão da puridade de D. Afonso II, que casara com *madame* Lorena, mas que, mediando 252 anos (2) desde a morte daquele rei *não é crível que João Domingues fosse seu filho, podendo talvez ser neto.* (1)

O barão de armas no túmulo de Estevão Vasquis, tem cinco flores de liz, sendo uma delas ao centro. (4) O epitáfio reza assim:

— «Era de 1310 (1272) anos. Por dois dias por andar de Mayo morreo Estevão Vasquis cavalleyro e mandou fazer esta capella de S. Estevão, e mandou se deitar em ella, e leixou ahi aver e que lhe mantivesse hum capelão para sempre.» (4)

A leitura pela fotografia, feita pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rodrigues Mourão, de Beja, é assim:

E:M:CCC:E:X:ANOS:FOI:  
DOUS:DIAS:POR:AND  
AR:E:MAIO:MORREO:STE  
VAN:VAASQUIS:CAVAL  
EIRO:E:MANDOV:FAZER:E  
STA:CAPELA:E:SÃO:STEVÃO:  
E:MANDOV:SE:DEITAR:EM:EL  
A:E:LEIXOV:AH:AVER:E:Q:LI:MA  
NTEVERSEN:VN:CAPÁ:PRA:SÊPRE

O brasão dos Bejas tem uma flor de liz em cada vão de uma cruz regular,

(1) Livro Velho das Linhagens de Portugal. — Conde D. Pedro, nos tít. 30, 36, 39 do Nobiliário. — «Col. dos Veread. do Conc. de Beja». Mans. da Bibl. Nac. n.ºs 8.018 a 8.028.

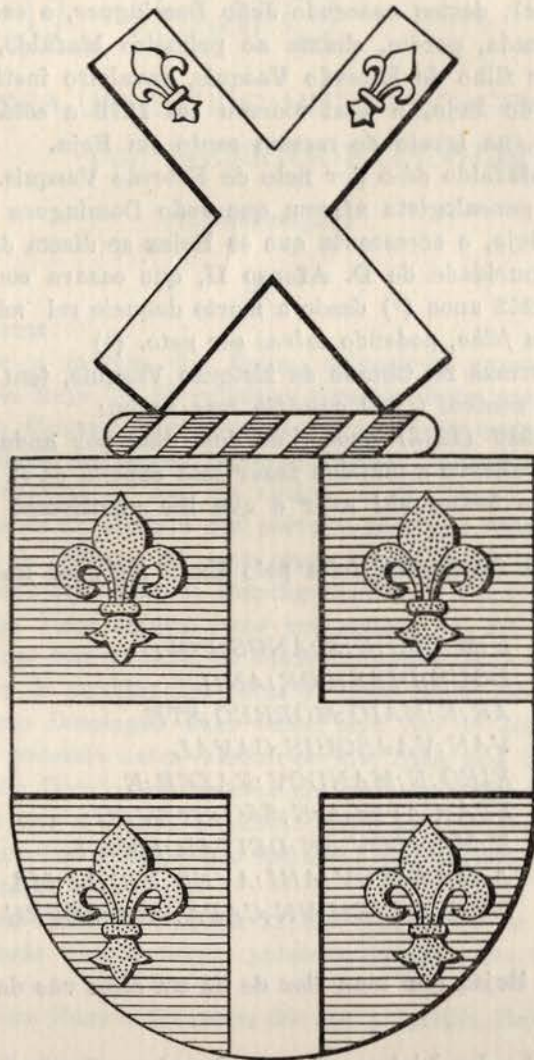
(2) Há erro evidente no cálculo.

(3) «Livro das Familias Nobres deste Reyno de Portugal» de Bernardo Pimenta de Avelar Portocarrero.

(4) Fotografia de um desenho feito pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Rosa Mendes, existente no Museu de Beja, reproduzindo o brasão do túmulo. A menção é dum manuscrito de Félix Caetano da Silva, indicado pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rodrigues Mourão.

e como timbre também uma cruz com duas flores de liz, uma em cada um dos braços superiores. (1)

Difere pois do brasão de Domingos Joannes, que adiante se descreve, por



Brasão dos Bejas

ser a cruz do escudo regular e não em diagonal, e na cruz de Santo André que serve de timbre ter uma flor de liz em cada um dos braços superiores, e não um só entre os dois braços, como o de Domingos.

(1) «Livro do Armeiro Mór».

Falaram os mestres da genealogia, vamos nós à procura de documentos.

Num diploma de 1324 em que D. Dinis revoga, de acordo com o bispo de Lisboa, certos encargos que a igreja exigia, assina logo a seguir ao mordomo-mór — João Domingues de Beja. (1)

Apenas com o nome de João Domingues, assina, ao mesmo tempo que outras pessoas ligadas a Bartolomeu Joannes, a composição entre D. Dinis e a Câmara de Lisboa, em 1285, na qualidade de mercador.

Nesta qualidade ainda, num emprasamento em três vidas dumas casas em Lisboa, *apar da ponte de Galonha* (2) figura como enfiteuta com sua mulher Margarida Domingues.

Naquele documento, que tem a data de 16 de Julho de 1325, diz-se que as referidas casas tinha-as antes Domingos Domingues, *que fora alcaide do mar.* (3)

Depois como *corrigenarius* de Lisboa, juntamente com sua mulher Catarina Estevão, aparece como vendedor duma tenda nas Fangas Velhas, *freguesia da Madalena* (4)

«O corregedor era o principal órgão de administração local e o imediato representante do monarca na respectiva comarca, competindo-lhe nessa qualidade zelar a jurisdição régia e fiscalizar os oficiais do distrito. Devia pois apurar como era administrada a justiça, e como corriam os serviços de administração de fazenda, emendar — corregger — os abusos e injustiças, e coibir as usurpações dos direitos reais.» (5)

D. João I veio veio a fazer corregedor de Lisboa ao mercador Lopo Martins.

Vemos finalmente João Domingos de Beja, casado com Teresa Rodrigues, instituindo por testamento *feito nos seus paços* a 1 de Dezembro de 1342, uma capela no mosteiro de S. Francisco de Beja.

Determina também que depois da sua morte a administração da capela passe a um dos filhos, *Gonçalo Anes* ou *Gomes Anes*, e confirma que foi escrivão da puridade de D. Dinis. (6)

Gonçalo Annes de Beja foi cavaleiro, vassalo e ouvidor de D. Dinis. (7)

No mesmo documento declara ter sido testamenteiro de *Martim Annes*, e nele figuram como testemunhas *Lourenço Annes*, *Domingos Annes* e *Afonso Esteves*, colaços do dito *Lourenço Anes*.

A citação destes nomes não é estranha ao propósito de esclarecer as suas ligações com a família de Bartolomeu Joannes.

(1) «Mon. Lus.», vol. VI, pg. 373.

(2) No cruzamento das ruas do Ouro e de S. Julião.

(3) «Descobrimientos Portugueses», vol. I.

(4) L.º 2.º dos Direitos Reaes, pg. 70 v. — T. T.

(5) «Hist. Port. de Barcelos», vol. 2.º, pg. 496.

(6) L.º 4.º das Capelas, fs. 115. — T. T.

(7) «Nova Malta», III, pg. 368.

A lápide que existia na capela da igreja de S. Francisco de Beja tinha os seguintes dizeres: (1)

— Aqui iaz Ioam Domingues de Beja / que foi escrivão da puridade domui / nobre Rey Dom Diniz, que foi seu / uafsalo econselheiro, depois foi / uafsalo domui nobre Rey Dom / Afonso seu filho e foi em agrande / lide quando foram vencidos Belio / com Rey de Beliamerit com El Rey / de Granada, euenços o digno Rey / Dom Afonso de Portugal, e dom Afonso Rey de Castela sobre / o cerco de Tarifa. Ioam Domingues / cristão uerdadeiro Deos temeo / oune charidade, amou verdade mor / reo na era de mil tresentos, e oitenta annos a vinte dous dias deiul / ho cuius anima requiescat inpace / amen.

Verificada a descordância entre os genealogistas, não se encontra também entre os documentos citados uma prova directa de que quanto a João Domingues se trate duma e mesma pessoa.

Será até para duvidar o facto de com este nome aparecer casado com diferentes mulheres, não obstante poder ter acontecido que contraísse matrimónio por três vezes, o que não era raro.

Em 1325 casado com Margarida Domingues, talvez antes com Catarina Estevão, e por fim com Teresa Rodrigues. (2)

O casamento com esta não oferece a menor incerteza, em face do testamento.

Com Catarina Estevão, bem nos parece também que se apresenta com as maiores probabilidades de acerto, porque o *correginarius* de Lisboa, deve ser o porteiro do rei, João Domingues de Beja.

Aquele a quem na copia do testamento de Bartolomeu Joanes se chama João Dias.

Quanto a Margarida Domingues, a ideia de que se trate ainda do nosso protagonista nasce da circunstância de ter sucedido nas casas de *apar a ponte da Golonha*, ao alcaide do mar, Domingos Domingues, que temos por parente.

Conjecturas? Sim, mas afinal sem forçar a porta das probabilidades.

Uma coisa entretanto é certa, e sempre é uma indicação de valor: — a de que o brasão de Bartolomeu Joannes, o de Gonçalo Domingues e o dos Bejas, todos emolduram as flores de liz, por forma igual ou muito semelhante, tendo de admitir-se que todos vinham da mesma origem, ou se ligaram às famílias pelo casamento.

Julgamos que o túmulo de Estevão Vasquis seja de construção posterior à sua morte, possivelmente do tempo de João Domingues.

Do confronto entre os genealogistas e tomando por base o «Livro Velho da Linhagem de Portugal», Conde D. Pedro e Felgueiras Gaio como os documentos

(1) «L.º das Antiguidades da cidade de Beja», fs. 111. Indicação do distinto investigador Ex.º Sr. José Mourão.

(2) Sobre este nome não há dúvida em face do testamento, mas ainda assim Cristóvão Alão e Felgueiras Gois chamam-lhe Teresa Esteves Viegas, e dizem-na filha de Mem Esteves Viegas, senhor de Trancoso.



relacionados, podemos estabelecer com a maior probabilidade de certeza, a posição de João Domingues na árvore dos Bejas:

- 1 — *Estevão Vasquis* <sup>(1)</sup> casado com D. Sancha Dias, tiveram:
  - 2 — Estevão Mafaldo, o velho, que segue;
  - 2 — Mor Esteves, mãe de Maior Rodrigues, mulher de Martim Afonso de Brito <sup>(2)</sup>
- 2 — *Estevão Mafaldo*, o velho, casado com D. Senhorinha Gil, filha de Gil Fagundes e de D. Mór Vasques de Moura, tiveram:
  - 3 — Pedro Mafaldo, m. s. g.
  - 3 — Estevão Mafaldo, que segue
  - 3 — D. Beatriz Mafaldo, mulher de Martim Mendes do Algarve.
- 3 — *Estevão Mafaldo*, o moço, casado com D. Constança Esteves, filha de Estevão Lourenço Ganço, que tiveram:
  - 4 — Catarina Estevão, que casou com João Domingues. <sup>(3)</sup>

Sem que tenhamos encontrado uma prova decisiva, o que se sabe poderá permitir-nos supor que Domingos Domingues e Domingos Paes seriam descendentes directos de Domingos Joanes de Oliveira do Hospital.

Talvez Domingos Domingues seu filho e Domingos Paes filho ou sobrinho.

Faltou-nos a documentação para a prova, mas o caminho fica aberto para outros com mais acerto nas pesquisas ou a quem o acaso favoreça.

Domingos Domingues, alcaide do mar, é condição que devemos ter presente.

A função de alcaide do mar deveria ser a de superintender nos assuntos da navegação, com atribuições que em partes pertencem hoje à direcção das Alfândegas, guarda fiscal e capitánias dos portos. Leva-nos a pensar que assim seja a transcrição que fazemos a seguir duma carta de D. Manuel de 8 de Janeiro de 1510:

«Dom Manuel etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber como

---

(1) O Livro Velho, em advertência de Lousada, diz que Estevão Vasquis cavaleiro, era natural de Beja e tomou do patronímico Esteves *de seu pae*, o próprio Estevão.

(2) Martim Afonso de Brito era filho do bispo de Évora do mesmo nome.

(3) João Domingues não podia ser filho de Estevão Mafaldo, porque nem os nomes, nem os apelidos de Estevão Mafaldo e de sua mulher Constança Esteves justificariam a hipótese. Pelo contrário justificam sobejamente o apelido da mulher — Catarina Estevão.

a nos disseram ora como hum Afonso Vaz alcaide do maar ... leixava tirar as mercadoryas de que avyam de pagar dizima sem a paguarem por peytas que lhe davam e asy tinha no dito officio feytos outros muytos erros per ende perdia o dito officio ...» (1)

#### Lourenço Annes

Pelo apelido e pelo facto de ter sido escolhido para testamenteiro, era com certeza pessoa rica e de categoria, aparentado com Bartolomeu Joannes.

Entre as pessoas do mesmo nome e apelido que nos aparecem pela época, devemos dar preferéncia, procurando identificá-lo, ao mercador que com João Domingues, Joanne Annes de S. Mamede e Joanne Annes Mechicha, assina a composição de D. Dinis com a Câmara de Lisboa em 1285.

E será certamente o mesmo que assina como testemunha o testamento de João Domingues, como referimos no seu lugar.

Não conseguimos porém averiguar qual o grau de parentesco que tinha com Bartolomeu Joannes.

#### Martim Vicente

Como dissemos, Martim Vicente é perfeitamente identificado na pedra tumular retirada da Capela de Bartolomeu Joannes.

No testamento é designado por procurador da audiência dos vigários de Lisboa.

O cargo de *vigario d'el-rei*, correspondia ao de regedor supremo da justiça. (2)

Outros vigários a este subordinados, existiram pelas diferentes circunscrições do País.

Também os nobres e ricos-homens tinham, nas povoações onde exerciam poder, os seus vigários. Nas inquirições de 1258 na aldeia de Cabanelas, entre as pessoas que deram informações figura o *vicarius inter homines de Cabanelis*, de quem diz Gama Barros. — «evidentemente o representante do nobre que protegia os moradores». (3)

Pode afirmar-se que Martim Vicente foi filho de Vicente Viegas, senhor do Couto de Leomil.

O filho de Martim Vicente, Estevão Martins, casou com uma sobrinha de Estevão Pires Tavares, marido de O. Ouroana Esteves, prima de Bartolomeu Joannes.

Teve ainda Martim Vicente uma filha que casou com Lopo Esteves ou

(1) «Archivo dos Açores», vol. 5.º, pg. 108.

(2) Mon. Lus., vol. 3.º, pg. 115 e Bluteau.

(3) Hist. da Adm. Pública — Edição de 1947, vol. 4.º, pg. 200.

Lopo Pires Esteves, filho de João Pires de Chapuz e de sua mulher Margarida Esteves.

No testamento Bartolomeu Joannes trata-o por compadre, presumivelmente por ser padrinho desta filha.

O genro de Martim Vicente, Lopo Esteves, succedeu-lhe na administração do Hospital e da Capela de S. Bartolomeu, em 5 de Setembro de 1883, nomeado de harmonia com a disposição testamentaria de Bartolomeu, que estabelecia para os três testamenteiros que sobrevivessem o direito de indicarem outros três para os substituirem por sua morte. (1)



A história da administração da Capela de S. Bartolomeu, e do hospital anexo, não deixa de constituir lição que, por muito repetida em circunstâncias análogas, ainda assim merece ser meditada.

A exemplar obra de benemerência realizada com tão grande interesse e carinho, por Bartolomeu Joannes, assegurada por rendimentos mais que suficientes, veio a perder-se na sua acção benéfica em parte pela falta de critério, senão de probidade administrativa, de alguns dos sucessivos administradores; mas, diga-se a verdade, com mais lamentável culpa pela falta duma intervenção orientadora e zelosa da parte do Estado.

Quando passado o tempo do governo directo e absoluto dos nossos primeiros reis, se excluíram ou reduziram determinadas prerrogativas de acção pessoal, sensato e prudente teria sido que aqueles procedimentos que representavam amparo e defesa do bem público e social, o Estado os reivindicasse, tomando para serviços próprios, especializados, a tarefa de velar pela sua útil continuidade.

É sempre muito mais fácil a tarefa de demolir do que a de reconstituir.

É evidente que com todas as cautelas e precauções que Bartolomeu Joannes tomou para garantir o êxito duma obra perdurável de beneficência, ele não podia ter previsto que, no decurso do tempo, a incumbência que confiadamente consignara ao rei amigo e a seus sucessores, pudesse vir a ser quebrada pela mudança de sistemas e processos de governação operados na política nacional.

Não se compreende como os responsáveis pela administração do País, se tenham desinteressado da regular manutenção e gerência de instituições desta natureza. Menos se desculpa que, em certos períodos revolucionários, ou de finanças apertadas, tenham lançado mão de valores que nunca, honrada e dignamente, podiam ser desviadas dos seus fins humanitários.

Se as propriedades que Bartolomeu Joannes legou não tivessem sido alienadas maldosa ou imprevidentemente, ainda hoje, e por todo o tempo decorrido, podiam muito bem ter garantido e sustentar ainda a manutenção dos estabelecimentos que fundou.

---

(1) «Inventário do Antigo Arquivo do Cabido da Sé de Lisboa». Mo 8.952 da Bib. Nac., fs. 73 v.

Grande parte da deiza era representada por propriedades rústicas, em condições de boa exploração agrícola, e essas em rendimentos e valor real não sofreram, na relatividade dos preços e custo de vida, alterações que justificassem a falência. (1)

Lições desta natureza não ofereciam estímulo aos que um dia tivessem a intenção de dar ao desamparado a *esmola que mata o pecado*.

Felizmente os tempos mudaram muito, e hoje os serviços de assistência do Estado acompanham e orientam a acção particular, com o carinho e zelo que bem merecem.

Mas, vamos à história abreviada da administração da Capela.

Um dos três primeiros administradores foi o testamenteiro JOÃO PIRES DE CHAPUS, casado com Margarida Esteves, e sobrinho de Bartolomeu Joannes, o qual entrou em exercício a 14 de Agosto de 1326.

Sucedendo-lhe, até 1384, aparece LOPO ESTEVES ou Lopo Pires Esteves, seu filho, e genro de Martim Vicente, outro dos testamenteiros. (2)

Depois só encontramos também na administração, não três sucessores dos testamenteiros, como queria Bartolomeu Joanes, mas apenas um. (3)

Em 1384 é PEDRO LOPES DIAS, filho de Lopo Esteves, passando entre 1443-46, a ALVARO LOPES, filho de Pedro Pires, que vivia em Frielas numa quinta sua propriedade.

A 1 de Agosto de 1443 ÁLVARO LOPES faz testamento em que institue o morgado de Frielas, e declara ser senhor do morgado de S. Bartolomeu, nomeando neste e no de Frielas seu filho FERNÃO ALVARES.

Por carta de 3 de Março de 1457 confirma Álvaro Lopes a disposição testamentária «considerando o grande amor que avia ao dito fernão dalures seu filho». (4)

Em nome de D. Afonso V, logo a seguir, em 23 de Março do mesmo ano, é passada carta reconhecendo a nomeação de Fernão Álvares — escudeiro da rainha, juiz dos órfãos, judeus e mouros. (5)

Em 6 de Outubro de 1479 Fernão Álvares faz testamento, em que manda que o sepultem na Capela de S. Bartolomeu, e nomeia seu filho PEDRO LOPES DE SERPA nos dois morgados. (6)

(1) A descrição destas propriedades pode ler-se no Registo das Capelas, liv. 4.º, pg. 195 e seguintes.

(2) Bem pode ser este Lopo Esteves o que numa carta régia de 1362, sobre avença entre os rendeiros da siza das vinhas, figura como procurador de Lisboa, e o mesmo que numa carta de privilégios ao Estudo Geral de Lisboa, datada de 1386, aparece como lente e procurador da escola.

(3) «Inventário do Antigo Arquivo do Cabido da Sé de Lisboa» e Falgueiras Gois no tít. Zagalos.

(4) «Capelas da Coroa», Liv. 4.º, fs. 197 v.

(5) Livro 4.º da Estremadura, fs. 260.

(6) Em Frielas ainda há hoje uma propriedade conhecida pela «Quinta do Serpa».

Pedro Lopes de Serpa teve dois filhos — Fernão Lopes de Serpa, e Brites Lopes de Serpa, que casou com Diogo de Lemos, fidalgo da casa real, que em 1495 assistiu como vereador de Lisboa à aclamação de D. Manuel. (1)

FERNÃO LOPES DE SERPA, sucedeu a seu pai na administração dos morgados, seguindo-se-lhe o sobrinho, filho da irmã Brites Lopes de Serpa, de nome PEDRO FERNANDES DE SERPA, cavaleiro de Cristo e administrador da Capela por 1560. (2)

Por carta de D. Manuel de 23 de Março de 1502 reconhecem-se como administradores da Capela Diogo Rodrigues Inglês, cavaleiro da casa del-rei, e Pero Fernandes de Serpa, concedendo-se-lhes, pelo seu trabalho: «a quinta parte de todos os bens, eranças e propriedades e fazenda da dita capela, em cada um ano render, partindo a dita quantia por eles ambos».

Na mesma carta se declara que «os encargos da dita capela são grandes e ao presente as rendas del não bastão».

Pero Fernandes de Serpa vivia «em huas casas que estão junto da Sé da dita cidade em hum beco sem saída que se chama o beco desta capela». (3)

Em sentença de 19 de Fevereiro de 1540 declara-se que por escrituras e autos públicos se reconhece que Pero Fernandes, administrador da Capela, era descendente de um dos primeiros administradores que «o dito Bartolomeu Joannes ordenou em seu testamento» e «vir a dita administração a Lopo esteves» e ele só administra a dita Capela, e assim ser determinado *em audiencia pelo vigayro e pelos aluazis desta cidade de Lisboa*. Que andava sempre em um só administrador e que ele *por sua morte nomeasse hum de sua linhagem*, sem embargo da primeira instituição (4)

Em certa altura abonando as boas qualidades de administração de Pero Fernandes de Serpa diz que: — «tem feito proveito e bem da Capela, pois onde rendiam dasesseis mil reis rendem hora noventa e cinco».

Não nomeou porém Pero Fernandes de Serpa sucessor, pelo que a administração passou à Corôa, ficando com esse encargo o Dr. Cristovam Esteves, desembargador do Paço.

Entretanto uma senhora da família, D. BEATRIZ DE SERPA, casada

---

(1) L.º 1.º de Místicos, pg. 87, publicações da C. M. L.

(2) Luís Pastor de Macedo no vol. V da «Lisboa de lés-a-lés», a pg. 64, e Ferreira de Andrade no vol. I da «Freguesia de S. Cristóvão», a pgs. 60 e 61, referem-se em documentos de confrontação do ano de 1560, a casas de Pero Fernandes de Serpa, contíguas a outras da igreja de S. Cristóvão de D. Antão de Almada. Ferreira de Andrade diz: — «...cremos não errar se considerarmos que as casas de Pero Serpa deverão ter assentado, pouco mais ou menos, onde hoje (1944) existe uma oficina de serralharia na esquina do Largo do Chão do Loureiro. Já Fernão Lopes de Serpa tinha a propriedade daquelas casas.

(3) «Registo das Capelas», L.º 4.º, pg. 129.

(4) Capelas da Corôa. Liv. 4.º, pg. 187 v.

com Manuel Nogueira, fidalgo e cavaleiro da casa d'el-rei (1), reclama e obtém o direito à administração.

Deu muito má conta de si este sr. Manuel Nogueira, segundo o julgamento official: (2)

«...mostra-se Manuel nugeyra, marido da Re ser privado da posse da dita Capella por decipar os bens della, e dever muito dinheiro, por não cumprir as obrigações da Capella, etc., etc.»

Manuel Nogueira era administrador da Capela de S. Bartolomeu em 31 de Janeiro de 1596, e, diz-se, ainda à data do seu falecimento em 21 de Novembro de 1603. (3)

Não concorda porém esta informação com a de que fora privado da posse da Capela por sentença dos tribunais competentes, como se viu no parágrafo anterior, que merece mais crédito.

A mulher D. Beatriz de Serpa faleceu a 12 de Fevereiro de 1606. (4)

Este ramo da família Serpa teve sucessores. (5) Não obstante foi o Procurador da Coroa que interveio para pôr fim ao descalabro, até que outro representante da família de Bartolomeu Joannes aparece a solicitar a administração..

D. ANA DE BRITO JOANNES e seu marido Domingos Zagalo Correia, reclamam e alcançam a administração da Capela, por sentença favorável de 31 de Julho de 1610, provando D. Ana *ser da linhagem* de Bartolomeu Joanes.

Diz-se no processo que por acórdão em relação foi julgada favoravelmente a opposição de Domingos Zagalo e sua mulher Ana de Brito Joannes «a excluir o procurador da coroa e a Beatriz de Serpa, mulher que foi de Manuel Nogueira por se mostrar que *Bertholomeu Joannes* pae da opoente Ana de Brito Joannes, era da geração do dito *Bertholomeu Joannes* (o instituidor), e per tal nomeado e julgado por muitos sentenças e documentos...» (6)

E também pelo marido da ré ter dissipado muito dinheiro e contraído grandes dívidas.

A sentença a favor de D. Ana de Brito ainda veio mais tarde a ser impugnada, mas sem fundamento legítimo, como se vai ver.

O padre Álvaro de Serpa e, por sua morte, mantendo a reclamação, o Dr. Inácio de Carvalho Soutomaior, pediram que se não reconhecessem legalmente como administradores, Luís Galvão de Azambuja e sua mulher D. Maria de Brito Zagalo, alegando que se tinham apossado *sem titulo para tal e sem serem do sangue do instituidor*, pelo que devia a Capela julgar-se vaga para a Corôa.

(1) «Registos Paroquiaes», pg. 116.

(2) «Registo das Capelas», pg. 202.

(3) «Registos Paroquiaes», pg. 367 e 470.

(4) *Idem*, *idem*, pg. 480.

(5) «Index das notas de varios tabeliões de Lisboa», a pgs. 67-159 e 176, em datas que vai de 1621 a 1634. — Bibl. Nac.

(6) «Registo das Capelas», L.º 4.º, fs. 208.

Por sentença de 6 de Julho de 1694 foram porém condenados os autores a pagar os autos, sendo reconhecida a legitimidade da administração de D. Maria de Brito Zagalo, por ser neta de D. Ana de Brito Joannes, que em processo anterior tinha provado ser da linhagem do instituidor. (1)

D. Ana de Brito Joannes teve dois filhos legítimos, Simão Zagalo de Brito e Domingos Zagalo de Brito.

O primeiro, SIMÃO ZAGALO DE BRITO, sucedeu aos pais na administração.

Simão Zagalo foi casado, como dissemos, com D. INEZ PIMENTA DA TORRE, que, por morte do marido, conservou a administração.

É a filha do casal, D. MARIA, que lhes sucede.

Não tendo esta filhos, a administração passou à prima, filha de Domingos Zagalo de Brito, D. MARIA DE BRITO ZAGALO, mulher de Luís Galvão da Azambuja.

Convém-nos anotar que entre as famílias Serpa e de D. Ana de Brito Joannes e seu marido Domingos Zagalo Correia, havia relações de parentesco, como as havia também com a família dos Amarais.

Assim, a mulher de António Pinto Zagalo, a quem dentro em pouco nos referiremos, D. Maria Eugénia de Serpa Soutomaior, descendia de João Lourenço de Amaral, mordomo de D. Afonso IV, que foi casado com D. Maria Barrantes; e seria bisavô de frei André do Amaral.

D. Maria Eugénia, por outra parte, era trisneta do desembargador do Paço Francisco Dias do Amaral. Ainda, por outro lado, sua mãe D. Ana de Serpa Soutomaior era trisneta de Fernão Lopes de Serpa. (2)

Depois dos filhos e netos de D. Ana de Brito Joannes, estava investido na administração, a 27 de Abril de 1751, o padre Veríssimo Rosal de Andrade.

Parece-nos que há qualquer confusão com este nome e apelido, porque num outro documento chama-se-lhe VERISSIMO ZAGALO PRETO, tudo indicando que se trata do mesmo padre Veríssimo. (2) e (3)

O padre Veríssimo Zagalo Preto era freire de Palmela, sendo sobrinho de D. Maria de Brito Zagalo. (4)

Em Junho de 1792 surge nova acusação contra a suposta abusiva administração da Capela, desta vez tomando por vítima um irmão de frei Veríssimo, o capitão de cavalos ANTONIO PRETO ZAGALO, ao tempo servindo em Olivença.

Estas denúncias eram muito frequentes, porque dando a Corôa a administração das capelas aos denunciantes, muitos se aproveitavam de tal mal

(1) «Registo das Capelas», L.º 2.º, fs. 141 v.

(2) «Inventário do Antigo Arquivo do Cabido da Sé de Lisboa».—Felgueiras Gois, nos títulos Zagalos e Amarais, e nos Costados, tomo 4.º.

(3) «Assentos à Instituição de Bartolomeu Joannes». Fs. 140 e seguintes do L.º 19.º da Basílica de Santa Maria. Arquivo do Hospital de S. José.

(4) «Registo dos Arquivos», L.º 14.º, fs. 235 v.

entendido estímulo, umas vezes com sãos propósitos mas não menos regularmente com fins que nada tinham de escrupulosos.

Como dissemos, António Preto Zagalo, fidalgo da casa real, foi casado com D. Mariana Eugénia de Serpa Soutomaior.

Na sua defesa reproduz as alegações do processo de D. Maria de Brito Zagalo, e é também atendido por sentença favorável de 21 de Fevereiro de 1773.

Passa depois a administração da Capela ao filho ANTONIO ALBERTO ZAGALO PRETO, que também foi fidalgo da casa real, ajudante da cavalaria do Cais, da guarnição da Corte, cavaleiro da Ordem de Cristo, e capitão de cavalos. (1)

António Alberto Zagalo Preto requereu, em 25 de Junho de 1778, como administrador da Capela de Bartolomeu Joannes, à Misericórdia de Lisboa, o pagamento do foro de 18.000 reis, correspondente ao chão dumas casas que tinham sido de D. Simoa.

Esse chão fora aproveitado para a construção da Nova Igreja da Conceição dos Freires.

A Misericórdia não anuiu ao pagamento, por lhe não caber tal encargo, visto que o chão fora proveitado pela Igreja, reconhecendo entretanto que era de justiça que fosse pago ao vínculo. (2)

Deve ter sido este o último administrador da Capela, dos da linhagem de Bartolomeu Joannes.



Por morte de António Alberto Zagalo Preto a Capela deve ter passado à Corôa, porque em 1794 estava na mão do conselheiro JOAQUIM GUILHERME DA COSTA POSSER, por doação régia. (3)

Efectivamente a 28 de Fevereiro de 1794, avaliaram-se os chãos de duas casas incendiadas, pelo terramoto de 1755, situadas, uma na rua da Porta travessa da Sé, actual rua Augusto Rosa, e outra no antigo beco chamado da Capela (beco de Bartolomeu Joannes), pertencentes à instituição encorporada na Corôa, de que era administrador por mercê régia Joaquim Guilherme da Costa Posser. (4)

O olisipógrafo e nosso bom amigo sr. Luís Pastor de Macedo diz-nos que este Beco da Capela, deve ser o que o teve as denominações de Bartolomeu Joanes, e do Seixo, hoje representado na sua parte superior pelo Beco da Caridade.

Sucedeu na administração a filha de Joaquim Posser, D. Maria Justina, que tinha esse encargo por 1855.

D. Maria Justina casara a 28 de Agosto de 1811, no oratório da casa de

(1) «O Arquivo da Misericórdia de Lisboa», pg. 44.

(2) Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Testamento de Luís de Almeida e Vasconcelos.

(3) «L.° XIX do Tombo de 1755», fs. 14. — T. T.

(4) «Assentos à Instituição de Bartolomeu Joanes», fs. 140 e seg. do L.° 19.° da Basílica de Santa Maria.



seu pai, na Rua de S. Domingos à Lapa, com o angelicano protestante João Fletcher. Tinha sido baptisada na freguesia da Ajuda. Serviram de testemunhas, no casamento, Carlos de Mendonça Scarlati, morador no Largo do Carmo, e Joaquim Guilherme da Costa Posser, morador na Calçada da Ajuda e primo da noiva. (1)

Sob a acção de pai e filha na posse da Capela, diz-nos Júlio de Castilho: (2)

«Os bens da Capela de Bartolomeu Joannes vieram a ser incorporados na Corôa, concedendo-se depois a administração da dita capela a Joaquim Guilherme da Costa Posser, colega de Nicolau Tolentino, como official da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino; o qual Posser *requereu a completa abolição dos respectivos encargos, e a obteve* por sentença de 23 de Agosto de 1796».

Política de desinteresse e de favoritismo.

Todos os encargos da Capela e do hospital não poderiam ao tempo comportar-se nas receitas cobráveis, mas alguns desses encargos sempre caberiam no que restava do generoso legado de Bartolomeu Joanes, ainda que malbaratado por más administrações o grosso dos rendimentos.

Diz-se a propósito: (3)

«É provável que os rendimentos destinados por Bartolomeu Joanes a esta sua piedosa instituição (o hospital) estivessem em 1552 reduzidos a termos de se não poderem sustentar mais de quatro merceeiras, das doze da instituição. No recenseamento de 1565 já estas quatro mesmo se acham reduzidas a uma, com a albergueira que a acompanhava».

Encontramos porém, ainda mais tarde, menção de um *d.º dias merceeiro na capela de bartolomeu joannes*, a pg. 199 dos «Registos Paroquiaes».

«Teve este senhor (Joaquim Posser) por filha e universal herdeira a senhora D. Maria Justina Posser, casada com o subdito britânico Fletcher, e avó materna do meu velho amigo D. Tomás José de Melo. Tive a fortuna de conhecer e tratar muito de perto a senhora D. Maria Justina, na minha mocidade; virtuosa e santa alma, a quem tenho de referir-me nas minhas «Memórias de Castilho».

Antes de continuar a cópia da «Lisboa Antiga», uma notícia que nos vem provar que isto da intromissão de estranhos na vida pública de qualquer país (qualquer pequeno país, já se vê), não é vício dos tempos correntes, antes tem largos exemplos na história política.

A casa de João Fletcher, o marido de D. Maria Justina, era por 1832 um forte centro de conspiração contra D. Miguel. Fletcher era consignatário de navios, situação que favorecia os conjurados. (4)

(1) L.º 5.º de Casamentos, fs. 7 v. da freguesia da Lapa. Arquivo de S. Vicente.

(2) «Lisboa Antiga», vol. VI, pg. 111.

(3) «Estatística de Lisboa», por João Brandão. Anotações de Gomes de Brito.

(4) São informações da «Lisboa de Outros Tempos», de João Pinto de Carvalho (Tinap).

Habitava, e ali se demorou por muitos anos, no edificio conhecido pelo Palácio do Manteigueiro, mandado construir à esquina das ruas da Horta Seca e da Emenda, nos fins do século XVIII, por um homem que, como negociante de mercearias, adquirira no Brasil grande fortuna.

Como novo rico, assim lhe chamariamos hoje, ornamentou o palácio com luxo asiático, dando-se na verdade ao bom juízo de mandar pintar os tetos por Pedro Alexandrino.

Do Palácio do Manteigueiro veio a mudar a residência para a rua da Cruz dos Poiais.

Voltando ainda aos dizeres de Castilho:

«Dos santos e respeitabilísimos escrúpulos da última administradora da Capela de Bartolomeu Joannes tive nova demonstração, ao ler o requerimento em que ella, entendendo em sua consciência que a sentença que livrou seu pai de todos os encargos da Capela fora obtida por elle *na melhor fé, mas com premissas menos verdadeiras*, requereu em Setembro de 1855, que em consideração com as pias disposições do instituidor, e para descanso eterno da alma dele, fossem repostos todos os encargos da Capela, obrigando-se a suplicante a satisfazer ao Hospital de S. José os onus que se devessem». (1)

É aonde pode chegar a honradez e a meticolosa observância do dever», remata Castilho. É mais porque traduz uma exemplar acção de amor filial, e de larga generosidade.

Pelo art. 24.º do decreto de 4 de Abril de 1832, davam-se por válidas as trocas de bens vinculados quando feitas por arrematação judicial em hasta pública, e renovava-se a abolição de todos os morgados e capelas cujo rendimento liquido, livre de toda a pensão e encargo, e das contribuições directas, não attingisse duzentos mil reis.

Pela attitude desta senhora parece que a Capela ainda ao tempo dispunha de rendimento superior a duzentos mil reis.

Quanto ao pai: — Obtida a administração e posse da Capela, que vagara para a Coroa, Joaquim Guilherme da Costa Posser requereu, como se disse, a abolição dos respectivos encargos, ao abrigo de um decreto cujo alcance se alargou ainda pelo alvará com força de lei de 16 de Junho de 1796, passado em nome da Rainha, tendo as assinaturas do Príncipe e de José Seabra da Silva.

Este curioso alvará, que é também subscrito por Joaquim Guilherme da Costa Posser, *que o fez*, foi logo aproveitado como se viu por este funcionário, requerendo a abolição dos encargos a 23 de Agosto, isto é, pouco mais de dois meses depois da sua publicação.

---

(1) Pode ver-se a transcrição, no final deste trabalho, dos «Assentos à instituição de Bartolomeu Joannes», e ainda o «Cartório Notarial», n.º 94, fs. 18. — T. T.

A concessão a Posser devia basear-se no disposto na última parte do § 18.º do reeferido documento que estipulava:

— «Mando que todas as capelas que se acham devolutas, e daqui em diante se devolvam à Coroa, ou por comissos ou por serem vacantes, se entendam e fiquem livres e isentas de todos os encargos nelas impostas, e dissolutos os vínculos ou uniões de bens, determinado pelas instituições, julgando-se todas devolutas à Coroa, como alodiaes vacantes, *para delas dispôr como fôr servida ou parecer aos senhores reis meus successores*».

São dum raciocínio extravagante os arrazoados com que se procura defender a publicação deste alvará. Vale a pena transcrevê-los:

«§º 21. — *Que nem ha razão alguma para que qualquer homem, depois de morto, haja de conservar até ao dia de juízo o domínio dos bens e fundos que tinha quando vivo. Que menos a pode haver, para que o sobredito homem pretenda tirar proveito do perpétuo incómodo de todos os seus successores até ao fim do mundo: Que se isto assim se admite, não haveria hoje em toda a cristandade um só palmo de terra, que pudesse pertencer a gente viva, a qual da mesma terra se deve alimentar por direito divino, estabelecido desde a criação do mundo*».

Não merece a prosa, porque não precisa, muitos pontos de admiração. A discussão deste bizarro ponto de vista levar-nos-ia a considerações amargas, talvez por isso mesmo de defastio, mas morosas. Enfim, sem ir muito longe: — quando nega o direito de legar é pelo menos evidente que restringe a vontade de adquirir. Um aspecto, já agora outro: — não é exacto que os bens vinculados fossem tirados abusivamente do comércio humano e daí resultasse para a cristandade (nanja para os pagãos) o não poder dispor pra a gente viva de um só palmo de terra.

O morto morrera e, neste ou naquelle possuidor ou usufrutuário, os bens ficaram, com o mesmo valor ecnómico e social.

O que se pretendia e se não soube justificar, quando menos por termos aceitáveis, à falta de razões sérias, era apenas acudir aos cofres públicos exaustos, por expropriações simples e gratuitas, e do mesmo passo satisfazer as clientelas políticas dominantes, alcandoradas em falsos conceito de filosofia demagógica.

# EM SANTA CRUZ DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Domingos Joannes

## III

Tem-nos interessado o estudo do reinado de D. Dinis, incontestavelmente o mais culto dos nossos primeiros reis, e dos mais lúcidos estadistas do período da consolidação da nacionalidade.

Numa das ocasiões em que se procurava melhor e mais calma ocupação do espírito, entrando pela leitura na vida desses séculos distantes, no contacto com personagens mudos e, diga-se na verdade, também surdos que guardam no silêncio as suas boas e más acções, e as dos outros, appareceu-nos uma figura envolta em mistério, que por associação de ideias quizemos relacionar com o notável Bartolomeu Joanes, amigo de D. Dinis.

Dera que falar ao tempo do rei seu pai, o sr. D. Afonso III, pela vida irrequieta e aventureira dos verdes anos.

Trata-se de Domingos Joannes.

Diz a tradição que viveu em França, quando ali reinava S. Luís, e por lá se demorou também o infante D. Afonso, conde de Bolonha, depois rei de Portugal, o terceiro do nome. Num período compreendido portanto entre 1226 e 1270.

Dá-nos notícia das suas aventuras Coelho Gasco, nestes curiosos termos:

«Bom será que contemos aqui brevemente a vida do mui esforçado português Domingos Joannes, varão esclarecido nas armas, natural da comarca de Coimbra, nascido em Oliveira do Hospital, de S. João de Malta, o qual, sendo um pobre ferreiro, veio ter com ele de Sampaio um lavrador a concertar o ferro do seu arado, e cuidando que lhe trazia ferro para o calçar lhe deu uns pedaços de finíssimo ouro. E então lhe perguntara o nosso ferreiro se tinha mais daquele ferro, que compraria, ao que disse o ignorante lavrador que ainda tinha boa quantidade dele escondido em uma deveza, entre matas onde andara lavrando achara muito; mas sendo sabido da justiça de como achara um tesouro Domingos Joannes quando lançou mão nele, fugiu para o reino de França, onde se mostrou tão claro nas armas, e tão famoso soldado que, por suas grandes cavalarias e proezas, foi Condestável naquele reino, em cujo real officio venceu batalhas campais, alcançando insignes vitórias; contudo vindo à sua pátria, acabou nela cavaleiro de uma lança, fazendo nela uma Capela que ainda hoje se chama Capela dos Ferreiros. (1)

Revela-se nesta como em todas as tradições recolhidas por essas nossas aldeias, a imaginação viva do povo, sempre pronta a ilustrar a história simples com as flores do seu ingénuo devaneio, dando-lhe foros de sensacional, de invulgar,

---

(1) «Conquista e Antiguidade da Cidade de Coimbra».

perenes de misticismo ou rescendendo feitos de marcial galhardia, sempre a fé ou a aventura em primeiro plano.

Mas, ainda que quem conta um conto sempre lhe acrescenta um ponto, o que é certo é que também não há fumo sem fogo. A tradição existiu e existe, deve ter alguma verdade no fundo. Aliás Castilho classifica Coelho Gasco de inteligente e minucioso.

Sobre o túmulo de Domingos Joannes, na Capela dos Ferreiros, o pobre ferreiro de aldeia, ostenta-se um brasão com cinco flores de liz, uma em cada vão dos braços duma cruz, tendo por timbre também uma cruz igual com outra flor de liz.

Temos pois um sinal podendo confirmar que Domingos Joannes prestara à França ou a S. Luís extraordinários e inestimáveis serviços. O desatinado ferreiro de Oliveira do Hospital não só se reabilitara, cobrindo por um manto de glória a sua má acção da juventude, como de tal maneira se distinguira na corte esclarecida de Luís IX, que alcançara uma recompensa dando-lhe foros de nobreza. Prémio de tal valor e de tão elevado grau que apenas muito raramente, muito raramente mesmo, se concedia a fidalgos com sangue real, pois as flores de liz constituíam insígnia e distintivo da própria casa reinante.

É bastante romanesco, de mais talvez, para se acreditar sem reflectir prudentemente, tanto assim que, sem contestar que Domingos Joannes tenha prestado valiosos serviços à França, não foram estas entretanto tão notáveis que deles a história do país se ocupe com relevo.

Era mais fácil julgar que há aqui muito fumo e pouco fogo, e que o brasão com suas flores de liz tivera outra origem.

Quanto à honra de ter sido Condestável, se é duvidosa, também não se pode contestar em absoluto, pois que ali o título de Condestável correspondia ao exercício de funções diferentes, e até veio a ser concedido como simples mercê honorífica.

Em Portugal o uso era outro. Nunca houve, nos primeiros tempos, mais de um só condestável, magistratura que cabia ao chefe dos exércitos, imediato do rei. O officio de condestável do reino exercitava-se na paz e na guerra.

Lá fora, ainda que com carácter ocasional, em certas circunstâncias, designava-se por condestável aquele que comandava uma determinada acção de guerra, a que não comparecia o rei nem o condestável seu imediato. Tomemos conta entretanto do que nos dizem dois mestres categorizados. O primeiro:

«O condestável é o maior officio, o de maior honra e estado que há na *Oste*, tirando Aquele que é penhor dela, porque segundo é geral e antiga usança de guerra, a ele pertence ir na vanguarda, e ter o regimento dela, se outro senhor de maior estado aí não for, ainda a ele pertence a governação nas maiores e mais afinadas coisas que na *hoste* hajam de ser feitas». (1)

---

(1) «Livro dos regimentos del Rey Dom Dinis para os Officiaes da Guerra & Casa».

Acrescenta o outro, mas escrevendo o autor já em 1708:

«O exercício do officio de condestável nas coisas da guerra dão hoje os reis a quem lhes parece». (1)

Viterbo no «Elucidário» confirma e esclarece:

«O exercício deste officio — Conde Stable — que entre nós era militar, dão hoje os reis a quem lhe parece».

Não obstante a designação de condestável em Portugal correspondeu por regra a cargos militares, se bem que com o decorrer do tempo, sucessivamente a cargos de menor categoria.

Algumas notícias a propósito:

Em 9 de Julho de 1556 é nomeado *condestável dos bombardeiros* de Ponta Delgada um Francisco Dias. (2)

Em 11 de Novembro de 1642 nomeia-se *condestável do Castelo de S. João Baptista*, de Angra do Heroísmo, o sr. Amaro Luís, «por ser muito bom artilheiro, servindo Sua Magestade nas guerras de sítio que se fez àquele castelo».

Este Amaro Luís vem a ser substituído pelo padre capelão Manuel Luís Maldonado «seu filho, que servia de artilheiro». (3)

Quis-se demonstrar que enquanto em Portugal só muito tarde a palavra condestável veio a qualificar officiaes de muito menos categoria do que a de immediato do rei, nas coisas da paz e da guerra. tal designação em França ao tempo de Domingos Joannes não era dada nas mesmas condições, podendo coexistir mais de um condestável, conforme as exigências da situação militar e as contingências da guerra.

Mas, reparando bem, mesmo em Portugal, o caso podia dar-se. O livro dos regimentos de D. Dinis diz-nos, como se viu, que o condestável é o maior officio que há na *Oste*, a quem pertence a governação nas mais afinadas coisas que na *hoste* hajam de ser feitas.

Ora a *hoste* não era propriamente o exército como hoje o comprehendemos, mas a reunião de elementos de guerra para uma determinada acção de combate.

Assim, se Domingos Joannes serviu Luís IX com rara distincção, afirmando notáveis qualidades de guerreiro, não será de estranhar que lhe tivesse aquele rei confiado o comando de alguma *Oste*, de algumas forças em operações especiais, agindo com liberdade, em sector isolado, em tal caso tendo sido investido temporariamente daquela dignidade, inerente à função, que lhe dava também maior poder de iniciativa e de acção.

(Continua)

(1) «Nobliarchia Portuguesa» de António de Vilasboas Sampaio.

(2) «Arquivo dos Açores».

(3) «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira».

# ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

DURANTE O ANO DE 1948

SECÇÃO DE MOVIMENTO CULTURAL E PROPAGANDA

## VISITAS DE ESTUDO

- 17 e 24 de Janeiro — À Casa da Moeda, dirigida pelo sr. Eng.º Cruz Azevedo.
- 18 de Janeiro — Ao novo paquete «Pátria» da Companhia Colonial de Navegação, dirigida pelo sr. Inspector capitão Júlio da Cruz Ramos.
- 15 de Fevereiro — Ao Convento da Encarnação, dirigida pelo sr. Norberto de Araújo.
- 29 de Fevereiro — Ao Asilo António Feliciano de Castilho, dirigida pelo sr. Dr. Francisco de Oliveira Martins.
- 7 de Março — À Igreja de Nossa Senhora a Jesus, dirigida pelo sr. Ferreira de Andrade.
- 20 e 27 de Março — À Refinaria Colonial, dirigida pelo sr. Eng.º João Concreiras Queirol.
- 23 de Maio — Ao Aeroporto de Lisboa, dirigida pelo tenente-coronel de Aeronáutica sr. Carlos Beja.
- 10 de Junho — Às Exposições de Floricultura e Imagem da Flor, dirigida pelo sr. Eng.º António Burnay Bello.
- 23 e 24 de Junho — Aos porta-aviões «Coral Sea» e couraçado «Missouri», da esquadra americana.
- 4 de Julho — Às Igrejas de S. Estevão e S. Miguel e Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, dirigida pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa.
- 18 de Julho — Casa dos Rapazes da Cidade, Centro de Adaptação ao Trabalho da Mocidade Portuguesa e Obra Social da Fragata «D. Fernando», dirigida pelo sr. Dr. José Caria Mendes.
- 24 de Outubro — À Exposição das Obras Públicas, dirigida pelo sr. Eng.º Eduardo Rodrigues e Carvalho.
- 25 de Outubro — Ao Castelo de S. Jorge, dirigida pelo sr. Norberto de Araújo.
- 7 de Novembro — Ao Quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros, dirigida pelo sr. major Luís Ribeiro Viana.
- 21 de Novembro — Ao Museu de Arte Popular, dirigida pelo sr. Dr. Francisco Lage.
- Curso de História de Arte, em doze lições pelo sr. Prof. Armando de Lucena durante os meses de Fevereiro, Março e Abril. Neste Curso incluíram-se duas visitas e estudo à Sé e ao Mosteiro dos Jerónimos.

Audição de Música Sacra, de autoria de compositores portugueses que foram mestres-de-capela na cidade de Lisboa nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, pela «Polyphonia», da direcção do sr. Mário de Sampaio Ribeiro, na Igreja de S. Roque, em 16 de Abril.

### CONFERÊNCIAS

Em 5 e 12 de Maio, «Pregões alfacinhas», pelo sr. Alfredo Lopes.

Em 24, 25 e 26, «A Cor de Lisboa», pelos srs. Pintor Abel Manta, Escritor Teatral Pereira Coelho, Pintor Carlos Botelho, Pintor Martins Barata, Escultor Diogo de Macedo, Jornalista Norberto de Araújo, Prof. Armando de Lucena, Arquitectos Cristino da Silva e Paulino Montês e o Crítico de Arte Matos Sequeira.

Diversão cinematográfica, em 23 de Dezembro, na Sociedade de Geografia, com a colaboração do sr. Albert Schmidt, Filmes César de Sá e Pathé Baby Portugal, Ld.<sup>a</sup>. Apresentação do sr. Gustavo de Matos Sequeira.

Passeio no Tejo, em 13 de Junho, a bordo do vapor «Évora», com desembarque em Alcochete.

#### JANEIRO 1881

FUNDA-SE A EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

#### MARÇO 1881

A EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO INICIA AS CARREIRAS PARA ANGOLA COM OS PAQUETES «PORTUGAL» E «ANGOLA» ILUMINADOS A PETRÓLEO

#### 1882

INICIA AS CARREIRAS PARA A GUINÉ E CABO VERDE COM OS VAPORES «BOLAMA» E «GUINÉ»

#### 1889

CONSTRÓI OS PAQUETES «AMBACA» E «CAZENGO» JÁ ILUMINADOS A ELECTRICIDADE

#### 1903

INICIA AS CARREIRAS PARA A COSTA ORIENTAL COM OS PAQUETES «ZAIRE», «MALANGE» E UM NOVO «PORTUGAL»

#### 1918

TRANSFORMA-SE NA ACTUAL COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO QUE DE 1918 A 1947 NAVEGA CERCA DE 16 MILHÕES DE MILHAS TRANSPORTANDO CERCA DE 11 MILHÕES DE TONELADAS

#### 1947

INICIA A RECONSTRUÇÃO DA SUA FROTA COM OS N/MOTORES «ROVUMA», «MOÇAMEDES», «LURIO», «ZAMBEZIA», «ANGOCHE» E OS PAQUETES «ÍNDIA», «TIMOR», «ANGOLA» E «MOÇAMBIQUE»

E CONTINUA...



# CHÁ CELESTE



## CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA  
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

**HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

Preços fixos e marcados em todos os artigos  
ON PARLE FRANÇAIS      ENGLISH SPOKEN

*Feb 7*

# O GÁS

*Dá a maior COMODIDADE!*

*Depressa se abre uma torneira*

TELE { FONES: 58135-58136  
GRAMAS: MALHAS



CÓDIGOS { ABC — 5.ª Edição  
R I B E I R O

MARCA REGISTRADA

# SIMÕES & C.<sup>A</sup>, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA

FUNDADA EM 1907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolas e roupa de malha para homens, senhoras e crianças, em algodão, lã e sêda

**CRIADORA DA BEM CONHECIDA E AGREDITADA MEIA NYLON «SUPREMA»  
E DAS ROUPAS « SUPREMA »**

# MARMORES E CANTARIAS DE PERO PINHEIRO - ESTREMOZ, L.<sup>DA</sup>

SEDE:  
**PERO PINHEIRO**  
Telef. PP 55

ESCRITÓRIO EM LISBOA  
**P. RESTAURADORES, 65-1.º D.º**  
Telef. 2 4184

# *Empresa Insulana de Navegação*

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 23271/2/3 — Telegramas: BENS A ÚDE — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE

## LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

---

**A G E N T E S**

**EM LISBOA**

**GERMANO SERRÃO ARNAUD**

Carga e passagens de 3.ª classe

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º

Telef. 20214/15

Passagens de 1.ª e 2.ª classes

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

**NO PORTO**

**J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA**

Na Madeira

**BLANDY BROTHERS & C.º, L.ª**

Em S. Miguel

**BENSAÚDE & C.ª, L.ª**

UM BOM LIVRO  
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA

TRABALHOS GRÁFICOS  
EM TODOS OS GÊNEROS

151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA  
TELEFONE P B X 5 3 1 7 3 / 4

CAPTAÇÕES  
DE ÁGUA  
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES  
DE TODOS  
OS GÊNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações  
TEIXEIRA DUARTE, L.<sup>DA</sup>

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

# VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »  
« Five Crowns »  
« Six Grapes »  
« Imperial Dry »

— « Tawny » Velhíssimo  
— Muito velho e sêco  
— « Vintage » Velho do casco  
— « Ruby » Leve



**GUILHERME GRAHAM JNR. & C.<sup>A</sup>**

Rua dos Fanqueiros, 7  
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6  
Porto Tel. 26961/2

*Distribuidores no Sul*

**JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA**

# MIGUEL A. FRAGA, L.<sup>DA</sup>

Rua da Palma, 26-28

LISBOA

Telefone 2 8 5 0 3

## Ourivesaria, Relojoaria e Joalheria

Grande sortido em monogramas  
em ouro e prata para carteiros

Há sempre jóias em 2.<sup>a</sup> mão **|||||** Tudo mais barato

**OURO SÓ PELO PESO**

Compra-se Ouro, Prata e Brilhantes

DESCONTOS ESPECIAIS A TODOS OS  
**«AMIGOS DE LISBOA»**

Especialidade em anéis, medalhas, alfinetes, etc.,  
com retratos esmaltados em todos os formatos

## 4 objectos indispensáveis num lar moderno



Enviem-se catálogos e fazem-se demonstrações em qualquer parte do Continente

**ELECTROLUX, LIMITADA**

LISBOA

Av. da Liberdade, 141

Telef. 28246/29570/32901

COIMBRA

R. Simões Castro, 158-2.º

PORTO

Pr. da Liberdade, 123

Telef. 23033

## AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros, prefiram a conhecida Companhia Inglesa

## LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na

Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Delegação em LISBOA

Rua dos Fanqueiros, 15-2.º

**FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS**

# Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336  
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

# Bertrand (Irmãos), L.<sup>da</sup>

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-2 1368 2 1227

## CASA DOS PANOS

Sortimento completo em  
panos brancos e de côr  
e em linhos de todas as  
larguras

45, Rua dos Fanqueiros, 49  
(Esquina da R. de S. Julião)

## TEODORO LOPES RAMOS



O MAIS ANTIGO  
FABRICANTE  
DE LANTERNAS  
estilos D. JOÃO V,  
RENASCENÇA,  
POMBALINO,  
D. MARIA I,  
etc.

FORNECEDOR de LANTERNAS para MINISTÉRIOS,  
O. P. PALÁCIO DE QUELUZ, POUSADAS  
de TURISMO, S. P. N., PALÁCIOS e SOLARES  
PORTUGUESES, etc.

119 - RUA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 119  
(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

## Romão & Comp.<sup>a</sup>

Antiquários

47, R. D. Pedro V, 49  
Telefone 2 8441  
LISBOA



## Compramos

Livros de bons autores.  
Grandes e pequenas  
quantidades.

Livraria Garrett, 36  
LISBOA

## Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolar  
Bairro de M  
A M A D

## A' venda nas livrarias O SOFRIMENTO, O AMOR E A MORTE

"O Cristianismo nos seus mistérios"

por ANTÓNIO SERRAS PEREIRA

Professor efectivo de Filosofia dos Liceus

Edição de: José Francisco d'Oliveira

Rua do Amparo, 94, 1.<sup>o</sup>-E. Telefone 2 9635

ENTROU NO

# 101.<sup>o</sup>

ANO DE EXISTÊNCIA

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA